



O CRESCIMENTO DAS EMPRESAS
DA REGIÃO DO NORTE (2008-2015) [pág. 3]

UMA DÉCADA DE DECLÍNIO DEMOGRÁFICO
DA REGIÃO DO NORTE (2006-2016) [pág. 15]

INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTRADO, 2016 [pág. 21]

resumos

O CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DA REGIÃO DO NORTE (2008-2015)

As sociedades da Região do Norte exibiram um melhor desempenho económico do que a média das sociedades de Portugal como um todo entre 2008 e 2015. Nos períodos recessivos, mostraram-se mais resilientes e no período de recuperação económica, entre 2012 e 2015, foram o motor do crescimento empresarial em Portugal, com a formação bruta de capital fixo a subir 31,9%. Este artigo aborda a dinâmica empresarial para lá da sua evolução estritamente conjuntural, privilegiando em vez disso um enquadramento de médio prazo, por forma a identificar algumas tendências que dificilmente se destacariam numa avaliação de curto prazo.

UMA DÉCADA DE DECLÍNIO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO DO NORTE (2006-2016)

Entre 2006 e 2016, o Norte de Portugal perdeu mais de 135 mil habitantes. O saldo migratório negativo explica cerca de 83,8% daquela perda populacional. O declínio demográfico é uma tendência que tem vindo a generalizar-se a praticamente todo o território da Região do Norte. Os dados mostram que o recuo populacional se agravou na segunda metade da década em análise (entre 2011 e 2016), tanto no que se refere ao movimento natural da população, como em relação ao saldo migratório.

INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO, 2016

Entre 2015 e 2016, o Indicador Local de Desemprego Registrado diminuiu na maior parte dos territórios da Região do Norte, mas estabilizou nas sub-regiões (NUTS III) do Douro e do Alto Tâmega e aumentou ligeiramente em Terras de Trás-os-Montes. Um quarto dos concelhos da Região do Norte assistiu a uma subida deste indicador. O Indicador Local de Desemprego Registrado exprime em termos relativos o nível de incidência do desemprego registrado nos concelhos ou sub-regiões que integram a Região do Norte. Não sendo uma taxa de desemprego, o ILDR tende, mesmo assim, a acompanhar o sentido da evolução da taxa de desemprego.

NORTE ESTRUTURA é uma publicação trimestral da CCDRN.

Contactos:

Gabinete de Estudos e Avaliação de Políticas Regionais: eduardo.pereira@ccdr-n.pt

Gabinete de Marketing e Comunicação: gabinete.comunicacao@ccdr-n.pt

O CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DA REGIÃO DO NORTE (2008-2015)



As empresas da Região do Norte foram as que apresentaram o melhor desempenho económico no contexto nacional entre 2008 e 2015. Nos períodos recessivos, mostraram-se as mais resilientes e na fase de recuperação económica foram o motor do crescimento empresarial em Portugal num conjunto de indicadores, em particular, no pessoal ao serviço, no valor acrescentado bruto, no volume de negócios, nos gastos com o pessoal e na produtividade do trabalho.

Neste artigo abordamos a dinâmica empresarial para lá da sua evolução estritamente conjuntural, privilegiando em vez disso um enquadramento de médio prazo, por forma a identificar algumas tendências que dificilmente se destacariam numa avaliação de curto prazo. A análise baseia-se na informação obtida através do inquérito às empresas que é disponibilizada no Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A importância das sociedades no total de empresas

No SCIE, as empresas classificam-se, por forma jurídica, em sociedades não financeiras e em empresas individuais, sendo

evidente, após a leitura dos principais indicadores, que as sociedades foram as que mais contribuíram para a evolução do contexto empresarial da Região do Norte e de Portugal.

Em 2015, as empresas com sede na Região do Norte eram 396.653, das quais 31,9% diziam respeito a sociedades e 68,1% a empresas individuais. A dimensão média de cada empresa, calculada pelo pessoal ao serviço por empresa, era de 3,1. Nas sociedades, o valor cifrava-se em 7,2 e nas empresas individuais era de apenas 1,1.

A importância relativa das sociedades transcende, claramente, o indicador referente ao número de empresas. A proporção de pessoal ao serviço das sociedades era de 75,4% do total, valor que compara, por diferença, com 24,6% das empresas individuais. Nos gastos com pessoal, os quais incluem, entre outros, as remunerações e as contribuições para a segurança social, as sociedades eram responsáveis por 97,3% do total. Nos indicadores que medem a atividade económica, a proporção do volume de negócios das sociedades no total era de 95,0%. No Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços de mercado, o valor fixava-se em 91,8% e na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) atingia o valor de 97,0%.

Região do Norte	Anos		
	2008	2012	2015
Número de empresas (milhares)	388,7	348,8	396,7
das quais sociedades	118,4	118,2	126,4
proporção das sociedades no total (%)	30,5	33,9	31,9
Pessoal ao serviço das empresas (milhares)	1.290,0	1.130,7	1.219,7
das quais sociedades	973,2	862,8	920,0
proporção das sociedades no total (%)	75,4	76,3	75,4
Gastos com pessoal das empresas (milhões de euros)	13.876,6	12.954,0	14.126,4
das quais sociedades	13.282,7	12.543,9	13.751,0
proporção das sociedades no total (%)	95,7	96,8	97,3
Volume de negócios das empresas (milhões de euros)	96.815,4	87.778,9	93.871,6
das quais sociedades	89.373,6	82.737,6	89.199,2
proporção das sociedades no total (%)	92,3	94,3	95,0
Valor acrescentado bruto das empresas (milhões de euros)	23.301,4	20.014,6	23.085,1
das quais sociedades	20.655,7	18.108,6	21.201,6
proporção das sociedades no total (%)	88,6	90,5	91,8
Resultados líquidos do período das empresas (milhões de euros)	3.385,5	1.091,1	4.774,3
das quais sociedades	1.517,1	-268,2	3.370,1
proporção das sociedades no total (%)	44,8	-	70,6
Formação bruta de capital fixo das empresas (milhões de euros)	5.860,6	2.876,5	3.797,7
das quais sociedades	5.721,4	2.790,6	3.682,0
proporção das sociedades no total (%)	97,6	97,0	97,0

A constatação de que as empresas individuais têm um impacto residual é a justificação para esta publicação analisar, apenas, o contributo das sociedades para a dinâmica empresarial da Região do Norte no contexto nacional entre 2008 e 2015.

As sociedades da Região do Norte no contexto nacional

A proporção de sociedades da Região do Norte no total nacional cresceu de 32,2% para 34,0% entre 2008 e 2015, um aumento que se traduziu em mais 7.925 sociedades na Região do Norte e mais 3.996 em Portugal.

A proporção do pessoal ao serviço nas sociedades da Região do Norte face ao total nacional cresceu de 32,9% para 34,0% entre 2008 e 2015. No entanto, este aumento resultou de um agravamento assimétrico do contexto empresarial com reflexos na evolução do emprego. Em 2015, as sociedades da Região do Norte tinham menos 53.169 pessoas ao serviço (-5,5%, em variação acumulada) do que em 2008, enquanto em Portugal a redução foi maior com uma variação de -260.163 indivíduos (-8,8%).

Os gastos com pessoal das sociedades da Região do Norte foram de 13.751 milhões de euros em 2015, correspondendo a 30,1% do total nacional, um valor que compara com 28,0% em 2008. Para este crescimento contribuiu o facto da variação dos gastos com o pessoal ter sido positiva na Região do Norte (+469 milhões de euros) e negativa em Portugal (-1.667 milhões de euros) entre 2008 e 2015.

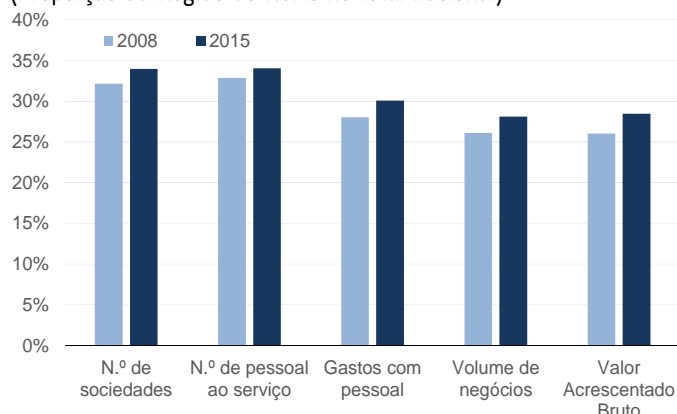
Relativamente ao volume de negócios, também se assistiu a um ganho de quota por parte das sociedades da Região do Norte no contexto nacional. Entre 2008 e 2015, a proporção

aumentou de 26,1% para 28,1%. Este ganho ocorreu numa conjuntura em que a redução do volume de negócios foi menor na Região do Norte do que em Portugal. No primeiro caso, o valor desceu de 89.374 milhões de euros para 89.199 milhões de euros (-174 milhões de euros, equivalente a uma variação acumulada de -0,2%), enquanto em Portugal a variação foi de -25.346 milhões de euros (-7,4%).

Na ótica do rendimento, o VAB gerado pelas sociedades cresceu 2,6% entre 2008 e 2015 na Região do Norte, correspondendo a mais 545,8 milhões de euros. Este comportamento esteve em contraciclo com a realidade nacional. Em Portugal, o rendimento gerado por intermédio das sociedades decresceu 4.826 milhões de euros (-6,1%). Em virtude desta evolução diferente face ao contexto nacional, a proporção do VAB da Região do Norte cresceu de 26,0% para 28,5% do total entre 2008 e 2015.

Principais indicadores das sociedades da Região Norte

(Proporção da Região do Norte no total nacional)



A resiliência das sociedades da Região do Norte

Depois do choque externo que ocorreu entre 2007 e 2008, a evolução que se seguiu até 2015 mostrou que as sociedades com sede na Região do Norte foram mais resilientes do que as de Portugal no seu todo. Por um lado, nos períodos recessivos, a queda dos principais indicadores foi menor na Região do Norte, e por outro, nos períodos de recuperação, as sociedades da Região do Norte tiveram um melhor desempenho, mostrando-se, mesmo, o motor do crescimento no contexto nacional.

Relativamente à utilização de mão-de-obra, entre 2008 e 2012 as sociedades da Região do Norte perderam 110.450 pessoas ao serviço (-11,3% em termos acumulados), valor que compara com uma redução mais expressiva de 372.881 (-12,6%) em Portugal. No período que se seguiu, entre 2012 e 2015, as sociedades da Região do Norte recuperaram parcialmente o emprego perdido, com mais 57.281 pessoas ao serviço (+6,6%), um valor que confronta com mais 112.718 (+4,4%) em Portugal. Assim nesta fase do ciclo económico, cerca de metade do crescimento do pessoal ao serviço das sociedades em Portugal teve origem na Região do Norte.

A procura de bens e serviços produzidos pelas sociedades também teve um comportamento cíclico. Entre 2008 e 2012, o volume de negócios das sociedades da Região do Norte registou uma diminuição de 6.636 milhões de euros (-7,4%, em termos acumulados). Em Portugal, a queda foi bastante mais acentuada, com uma variação de -37.635 milhões de euros (-11,0%). Após 2012, o volume de negócios das sociedades da Região do Norte entrou numa trajetória de recuperação, registando um aumento de 6.462 milhões de euros (+7,8%) entre 2012 e 2015. A nível nacional, a recuperação foi menor com o volume de negócios a crescer 4,0%, o equivalente a mais 12.289 milhões de euros. No cômputo geral, a Região do Norte voltou a contribuir com cerca de metade do crescimento no contexto nacional entre 2012 e 2015.

O VAB das sociedades patenteou uma tendência semelhante à do volume de negócios. Em termos acumulados, entre 2008 e 2012, a redução foi de 2.547 milhões de euros (-12,3%) na Região do Norte, enquanto em Portugal como um todo a diminuição foi de 12.165 milhões de euros (-15,3%). No período que se seguiu ao ano de 2012, a Região do Norte voltou a ser decisiva para o crescimento a nível nacional. Entre 2012 e 2015, o VAB das sociedades da Região do Norte aumentou 3.093 milhões de euros (+17,1%), contra +7.339 milhões de euros (+10,9%) em Portugal. Assim, mais de 2/5 de toda riqueza adicional produzida pelas sociedades em Portugal teve origem na Região do Norte.

A evolução dos gastos com o pessoal, um indicador referente à totalidade dos custos com o trabalho, também registou um comportamento cíclico. Entre 2008 e 2012, as sociedades da Região do Norte gastaram menos 739 milhões de euros com o pessoal (-5,6%), contra menos 3.775 milhões de euros em Portugal (-8,0%). Na fase de inversão do ciclo e crescimento, que ocorreu entre 2012 e 2015, os gastos com o pessoal aumentaram 1.207 milhões de euros (+9,6%) na Região do Norte, enquanto em Portugal o crescimento foi de 2.108 milhões de euros (+4,8%). Mais uma vez, as sociedades da Região do Norte tiveram um contributo fundamental para o crescimento dos gastos com o pessoal no contexto nacional entre 2012 e 2015. Nesta fase, por cada 100 euros adicionais despendidos, 57 euros foram pagos na Região do Norte.

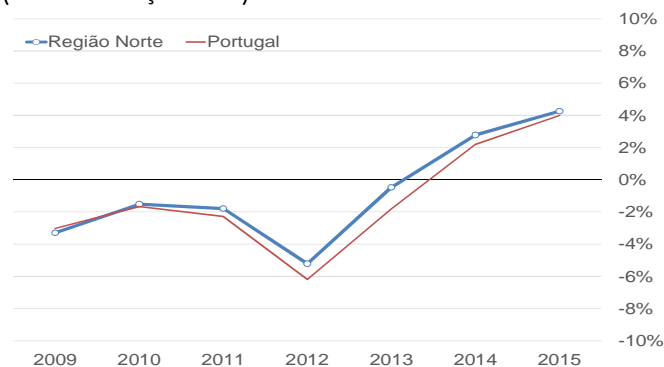
A maior resiliência das sociedades da Região do Norte face à de Portugal também ocorreu na produtividade aparente do trabalho, a qual cresceu cerca de 3 vezes mais na Região do Norte (9,5%) do que em Portugal (3,2%) entre 2008 e 2015. Apesar desta evolução favorável, a produtividade aparente do trabalho da Região do Norte ainda era 16,0% inferior à de Portugal em 2015, um valor que, em termos absolutos, se traduzia numa riqueza criada por trabalhador de 23.174 euros, contra 27.604 euros, respetivamente. Ainda assim, esta diferença foi atenuada, uma vez que, em 2008, a produtividade aparente do trabalho das sociedades da Região do Norte era 20,9% inferior à de Portugal.

Entre 2008 e 2015, os custos unitários de trabalho cresceram 9,5% na Região do Norte e 5,8% em Portugal como um todo. Ainda assim, a evolução dos custos unitários do trabalho, quando comparada com a registada na produtividade aparente do trabalho, permite concluir que as sociedades da Região do Norte não registaram uma perda de competitividade entre 2008 e 2015, ou seja, em termos acumulados, o crescimento dos custos unitários do trabalho foi igual ao crescimento da produtividade do trabalho. O mesmo não se pode concluir a respeito das sociedades de Portugal como um todo, onde a perda de competitividade se fixou em 2,5 pontos percentuais (p.p).

Tal como a maioria dos indicadores analisados, a competitividade das sociedades também teve um comportamento cíclico. Entre 2008 e 2012 verificou-se uma redução tanto na Região do Norte como em Portugal e uma recuperação no período que se seguiu. Mais importante ainda é que, entre 2012 e 2015, o crescimento da competitividade na Região do Norte coincidiu com o crescimento de um conjunto de indicadores, nomeadamente, no pessoal ao serviço, nas remunerações do trabalho, e principalmente no VAB das sociedades (4,5% em 2013; 5,1% em 2014 e 6,7% em 2015).

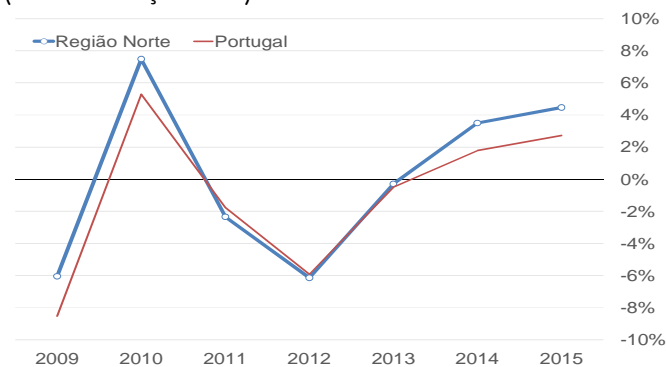
Pessoal ao serviço das sociedades

(Taxa de variação anual)



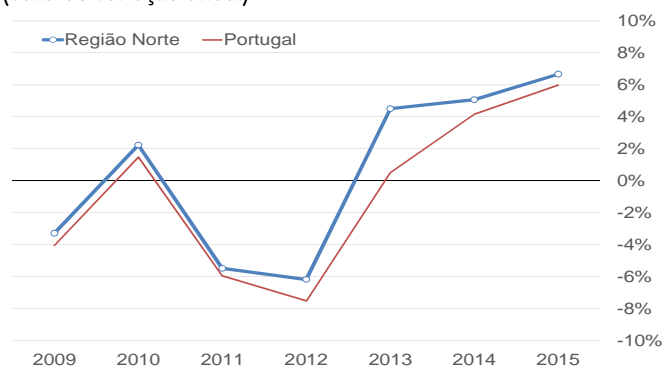
Volume de negócios das sociedades

(Taxa de variação anual)



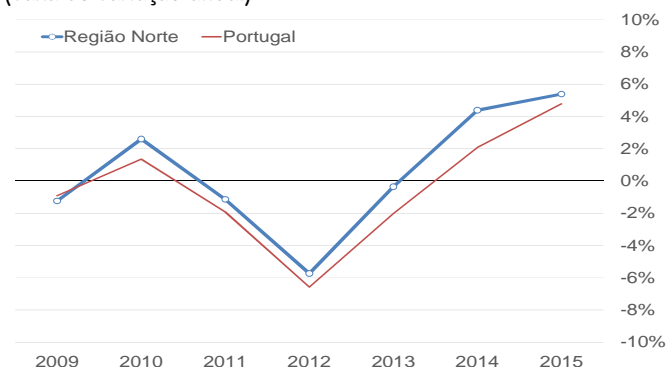
Valor acrescentado bruto das sociedades

(Taxa de variação anual)



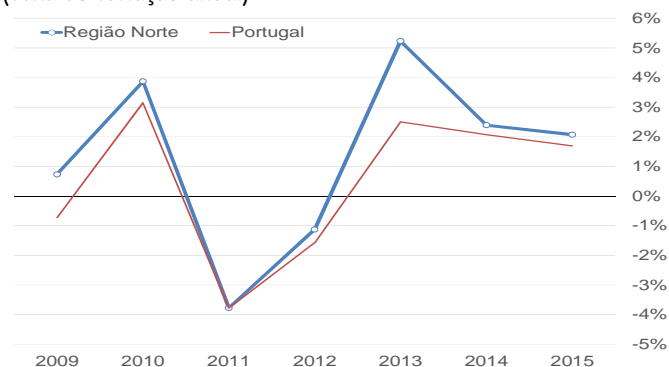
Gastos com o pessoal das sociedades

(Taxa de variação anual)



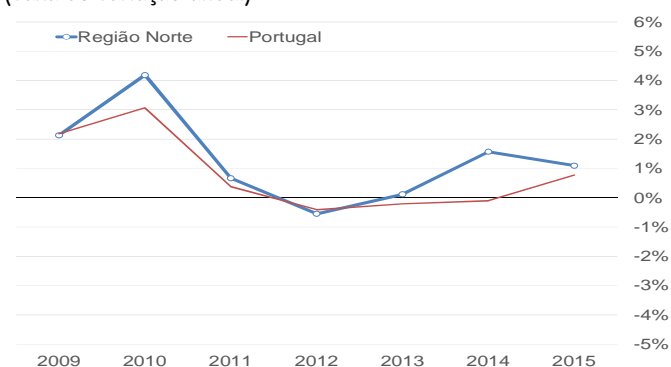
Produtividade aparente do trabalho nas sociedades

(Taxa de variação anual)



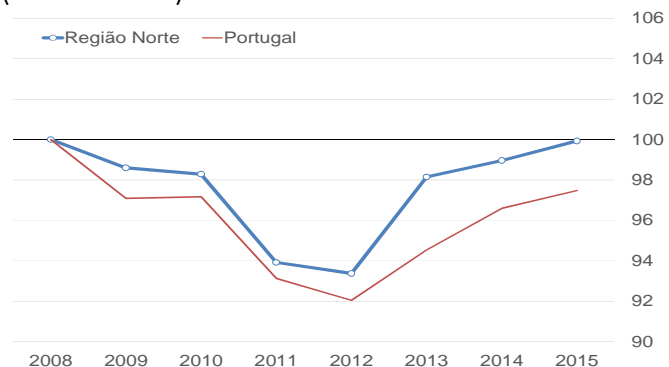
Custos unitários de trabalho das sociedades

(Taxa de variação anual)

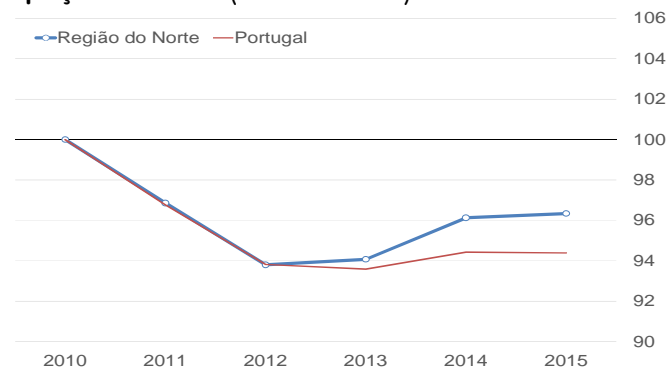


Competitividade do fator trabalho nas sociedades

(Índice 100=2008)



Remunerações por pessoa remunerada nas sociedades a preços constantes (Índice 100=2010)



Situação patrimonial e a rentabilidade das sociedades

Em 2015, o património e a rentabilidade das sociedades da Região do Norte apresentavam uma situação mais favorável do que em 2008. Em particular, por empresa, o valor do ativo aumentou 3,5%, o capital próprio cresceu 23,5%, o passivo baixou 5,8%, a rentabilidade líquida das vendas aumentou 3,41 p.p. e a rentabilidade dos capitais próprios cresceu 4,97 p.p. Apesar desta evolução positiva, os indicadores referidos tiveram, na sua generalidade, um comportamento procíclico.

Após o crescimento entre 2008 e 2010, o património das sociedades da Região do Norte, medido pelo valor do ativo médio de cada sociedade, diminuiu consecutivamente até 2013, atingindo o valor 1.146.789 euros (-6,4% face a 2010). Apesar de, em 2014, se ter verificado uma ligeira recuperação, tal não impediu que o valor recuasse outra vez em 2015. Mesmo assim, neste ano, o ativo médio de cada sociedade na Região do Norte era de 1.150.407 euros, um valor 3,5% superior ao de 2008.

A estrutura de financiamento do ativo médio de cada sociedade revela dois comportamentos antagónicos na Região do Norte. Por um lado, a redução do valor do passivo, e por outro, o aumento do valor do capital próprio. Entre 2008 e 2015, o valor do capital próprio das sociedades da Região do Norte aumentou de 356.860 euros para 440.623 euros, correspondendo a uma variação acumulada de +23,5%. Em sentido contrário, o valor do passivo baixou de 762.373 euros para 717.783 euros entre 2008 e 2015 (-5,8%).

O reforço do valor dos capitais próprios, acompanhado pela redução do passivo médio das sociedades da Região do Norte, contribuiu para a melhoria dos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade e para a redução do endividamento. A autonomia financeira aumentou de 31,9% para 38,0% entre 2008 e 2015, enquanto, por diferença, o endividamento baixou de 67,9% para 62,0%. Consequentemente, a rácio de solvabilidade aumentou de 46,8% para 61,4% entre 2008 e 2015.

Em termos médios, a situação patrimonial das sociedades em Portugal como um todo revela um equilíbrio financeiro menos robusto do que o das sociedades da Região do Norte. O rácio de autonomia financeira aumentou menos, mais precisamente, passou de 30,7% para 33,2% em Portugal e o rácio de endividamento desceu de 69,3% para 66,8% entre 2008 e 2015. Em consequência desta evolução, a solvabilidade subiu de 44,2% para 49,7%.

Apesar das diferenças enunciadas na estrutura média de capital das sociedades da Região do Norte face às de Portugal, a redução do passivo e o aumento do capital próprio, tanto em valor absoluto, como em percentagem do ativo, foram um fenómeno generalizado à escala nacional entre 2008 e 2015. Assim, tendo em conta o valor médio dos capitais próprios, conclui-se que, no período em análise, não há evidência de ter ocorrido um processo de descapitalização das sociedades da

Região do Norte. Pelo contrário, a evidência mostra que as sociedades aumentaram os capitais próprios em 23,5% na Região do Norte e em 9,1% em Portugal entre 2008 e 2015.

O crescimento dos capitais próprios também aconteceu no valor agregado de todas as sociedades, tendo aumentado 31,7% na Região do Norte entre 2008 e 2015. Esta evolução resulta do facto de existirem mais sociedades em 2015 do que em 2008 e de ter aumentado o valor médio do capital próprio de cada uma.

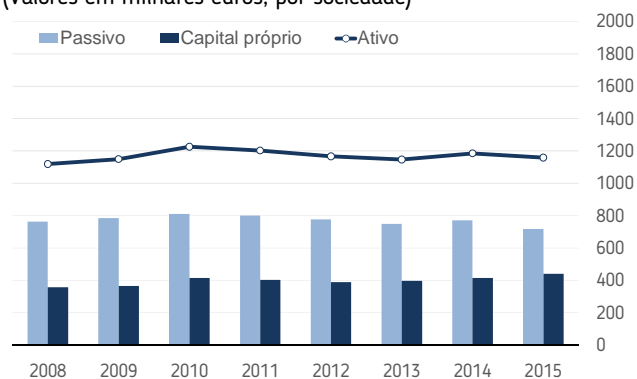
Do ponto de vista do desempenho económico das sociedades da Região do Norte, a taxa de rentabilidade líquida das vendas aumentou de 1,7% para 4,0% e a taxa de rentabilidade dos capitais próprios cresceu de 3,6% para 7,4% entre 2008 e 2010. Após o ano de 2010, a conjuntura empresarial agravou-se, com os indicadores de rentabilidade a atingirem valores negativos em 2012, nomeadamente, -0,32% e -0,58%, pela ordem de indicadores citados. No entanto, os anos que se seguiram trouxeram o crescimento de volta, com os melhores registos a ocorrerem em 2014 e 2015. Nestes dois anos, a taxa de rentabilidade líquida das vendas atingiu o valor de 5,1% e 3,8%, respectivamente, enquanto a rentabilidade dos capitais próprios registou uma taxa de 8,6% e de 6,1% nas sociedades da Região do Norte.

Quando comparadas com o contexto nacional como um todo, as sociedades da Região do Norte tiveram, frequentemente, taxas de rentabilidade anuais mais baixas, muito embora este défice se tenha dissipado entre 2013 e 2015. Aliás, nestes três anos, o valor médio das taxas de rentabilidade foi maior na Região do Norte do que a nível nacional.

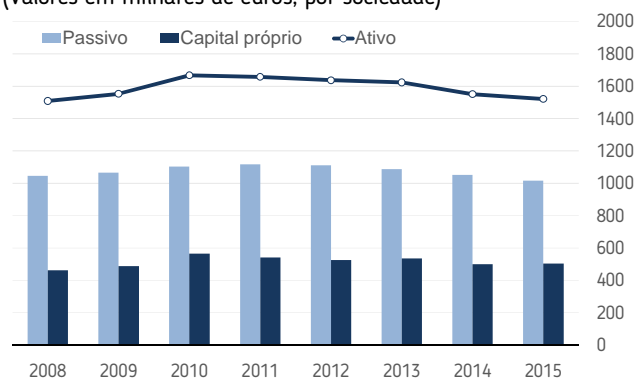
Como se verá a seguir, este novo dinamismo empresarial, que entretanto se iniciou principalmente a partir de 2013, foi acompanhado pela recuperação do investimento privado. Para este novo ciclo contribuiu a retoma da procura, visível no crescimento do volume de negócios, e a recuperação da rentabilidade empresarial. Sem o contributo positivo destas duas variáveis, as quais afetam as expectativas dos agentes económicos e as suas decisões, dificilmente o investimento privado teria encontrado uma nova trajetória de crescimento.

Em suma, o dinamismo da economia empresarial da Região do Norte foi, decisivamente, um pilar fundamental para o crescimento da economia no contexto nacional. A prova disso foi a retoma que, entretanto, aconteceu nos indicadores de produção, de competitividade, de rendimento, de rentabilidade e patrimoniais. Acresce que esta característica sistémica também foi visível pela negativa nas fases mais recessivas. Aqui, os vários subsistemas da organização económica, nomeadamente, o subsistema do mercado de trabalho, do mercado do produto e do mercado bancário condicionaram o desempenho das empresas da Região do Norte e de Portugal.

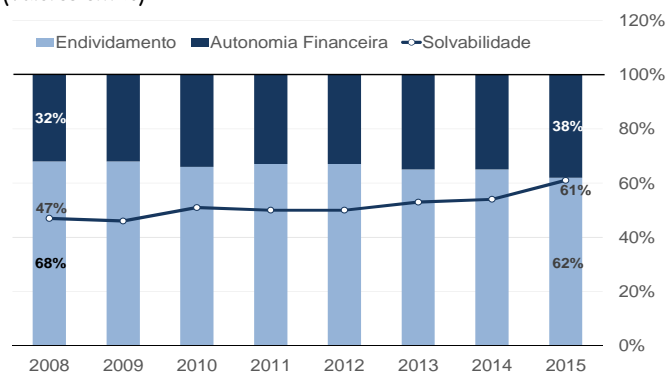
O valor patrimonial das sociedades da Região do Norte (Valores em milhares de euros, por sociedade)



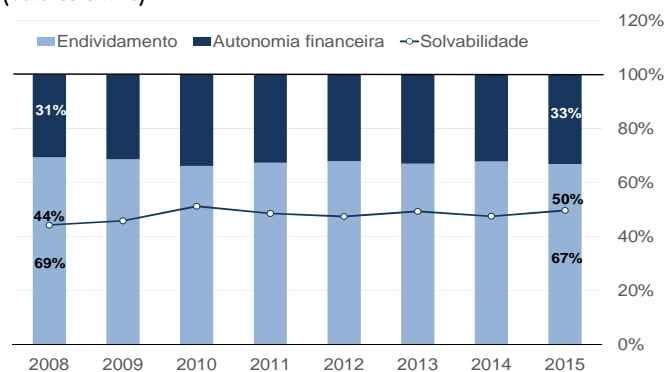
O valor patrimonial das sociedades em Portugal (Valores em milhares de euros, por sociedade)



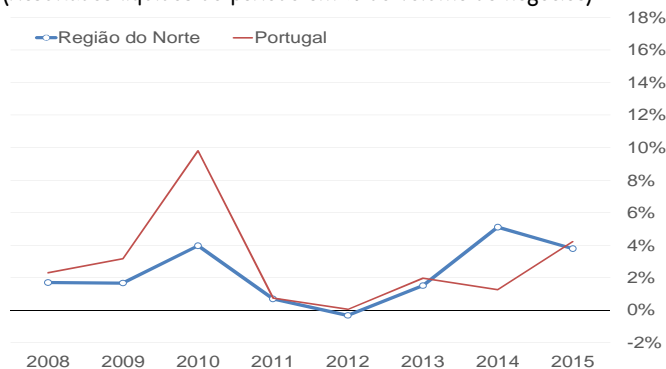
Rácios de equilíbrio financeiro das sociedades da Região Norte (Valores em %)



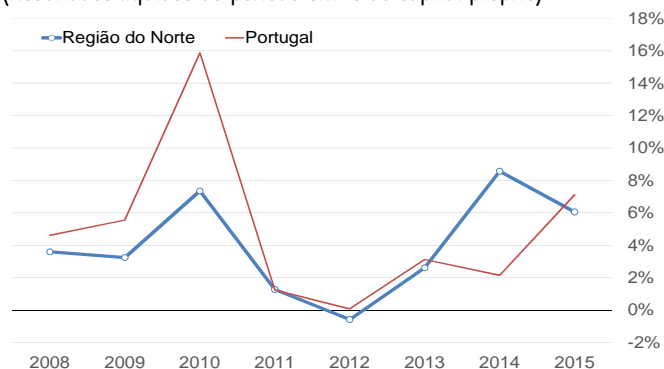
Rácios de equilíbrio financeiro das sociedades de Portugal (Valores em %)



Rendibilidade líquida das vendas (Resultados líquidos do período em % do volume de negócios)



Rendibilidade dos capitais próprios (Resultados líquidos do período em % do capital próprio)



O investimento das sociedades da Região do Norte

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das sociedades da Região do Norte teve um comportamento cíclico dividido em duas fases. Na primeira fase, a FBCF diminuiu de 5.721 milhões de euros para 2.791 milhões de euros entre 2008 e 2012, correspondendo a uma variação acumulada de -51,2%. Após 2012, inverteu-se a trajetória negativa, com a FBCF a registar um aumento de 31,9% entre 2012 e 2015. Esta evolução positiva, ainda assim, foi insuficiente para a recuperação total da FBCF. Em 2015, o valor da FBCF da Região do Norte era 35,6% inferior ao de 2008.

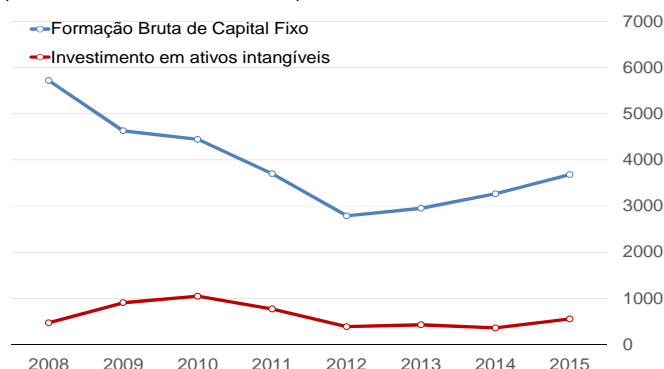
A componente mais imaterial da FBCF, ou seja, o investimento em ativos intangíveis (inclui projetos de desenvolvimento,

aquisição de software, propriedade industrial, entre outros incorpóreos) teve um crescimento de 123% entre 2008 e 2010, com o valor a aumentar de 470 milhões de euros para 1.048 milhões. Após 2010 e até 2014, esta tipologia de investimento foi severamente castigada pela crise económica que se seguiu, registando-se uma variação acumulada de -65,7%. Em 2015, no entanto, o investimento em ativos intangíveis cresceu 53,7%, alcançando o valor de 553 milhões de euros.

Na comparação com Portugal, pode-se concluir que o investimento das sociedades da Região do Norte mostrou-se mais resiliente na fase recessiva, com tradução no aumento da proporção da FBCF da Região do Norte no total nacional. Entre 2008 e 2012, o valor cresceu de 23,8% para 26,8%, baixando para 25,7% em 2015.

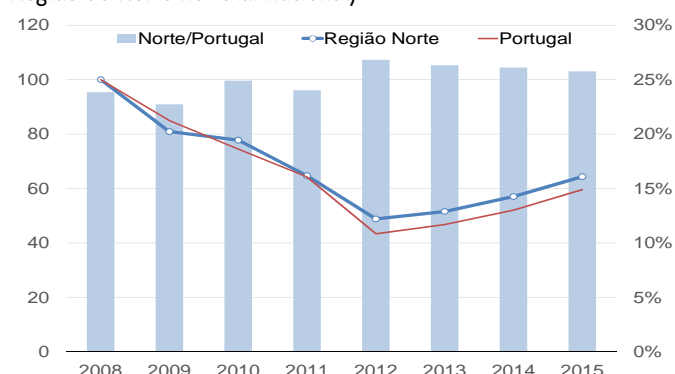
Formação bruta de capital fixo e o investimento em ativos intangíveis na Região do Norte

(valores em milhões de euros)



Formação bruta de capital fixo

(Eixo da esquerda: índice 100=2008; Eixo da direita: proporção da Região do Norte no total nacional)

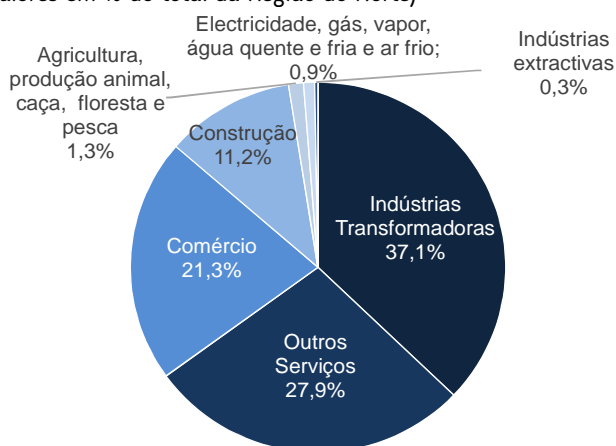


A estrutura e a dinâmica setorial da Região do Norte

Em 2015, o setor das indústrias transformadoras continuava a ser o mais importante com 341.536 pessoas ao serviço das sociedades na Região do Norte, correspondendo a 37,1% do total das atividades económicas da CAE rev.3 (excluindo as atividades financeiras e de seguros, a administração pública e defesa e a segurança social obrigatória). Os outros serviços¹ tinham 256.706 pessoas ao serviço (27,9% do total). O comércio empregava 195.869 indivíduos (21,3%) e a construção 102.826 (11,2%). Uma parte residual do pessoal ao serviço das sociedades encontrava-se no setor primário, nas indústrias extrativas e no setor energético e das águas.²

Pessoal ao serviço das sociedades da Região do Norte, por CAE rev.3, em 2015

(Valores em % do total da Região do Norte)



A estrutura produtiva de 2015 resultou da dinâmica setorial que a antecedeu, destacando-se duas fases no ciclo económico. Entre 2008 e 2012, as indústrias transformadoras

¹ Uma agregação das secções de H até S da CAE rev. 3, excluindo as atividades financeiras e de seguros, a administração pública e defesa e a segurança social obrigatória.

² Estes três últimos sectores não serão monitorizados nesta publicação, dado o seu valor residual no pessoal ao serviço das sociedades.

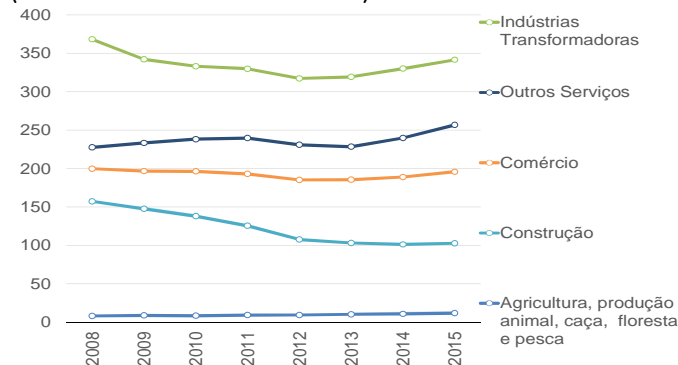
(-50.895), a construção (-49.471) e o comércio (-14.433) foram os setores com maior redução no número de pessoal ao serviço. As exceções ocorreram nas secções da agricultura, produção, animal, caça, floresta e pesca (+1.202) e nos outros serviços (+3.285). Na fase que se seguiu, entre 2012 e 2015, os outros serviços (+25.852), as indústrias transformadoras (+24.219) e o comércio (+10.527) foram os setores que mais contribuíram para o crescimento do pessoal ao serviço na Região do Norte. Em contraciclo, o setor da construção continuou em contração até 2014, muito embora numa amplitude bastante menor, tendo inclusive recuperado ligeiramente em 2015, com a pessoal ao serviço a crescer 0,2%.

O número de pessoal ao serviço entre 2008 e 2015, quando medido em percentagem do total da Região do Norte, permite traçar três tendências. A primeira diz respeito à estabilidade estrutural do setor das indústrias transformadoras e do comércio, com uma percentagem face ao total de 37,1% e 21,3%, respetivamente, em 2015. A segunda refere-se ao declínio persistente do setor da construção, terminando 2015 com um valor de 11,2%. A terceira tendência mostra o crescimento dos outros serviços. Nestes setores, a proporção de pessoal ao serviço aumentou de 23,4% para 27,9% do total entre 2008 e 2015.

Do ponto de vista da riqueza criada, as indústrias transformadoras foram as que mais contribuíram para o aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das sociedades da Região do Norte entre 2008 e 2015. Aliás, sem o seu contributo, em vez de uma expansão de 2,6% no VAB total, o resultado seria uma retração acumulada de -2,2%. O melhor desempenho das indústrias transformadoras ocorreu em ambas as fases do ciclo económico. Na fase recessiva, entre 2008 e 2012, o VAB das indústrias transformadoras teve uma variação acumulada menos negativa (-6,1%, que contrasta com -9,5% nos outros serviços, -16,7% no comércio e -35,9% na construção). No período seguinte, entre 2012 e 2015, o VAB das indústrias transformadoras cresceu 21,0%, um valor acima do verificado, por exemplo, no comércio (19,3%) e nos outros serviços (18,5%).

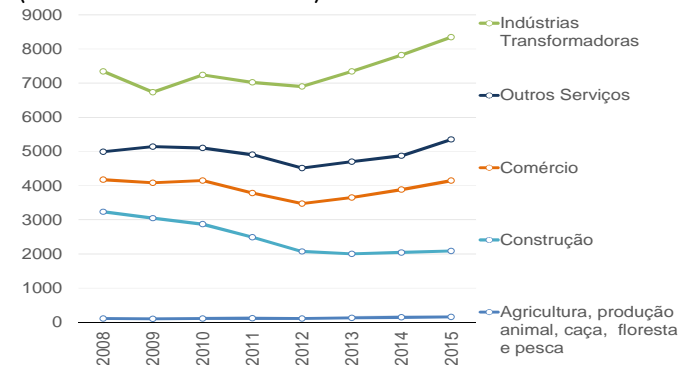
Pessoal ao serviço, por CAE rev. 3, da Região Norte

(Valores em milhares de indivíduos)



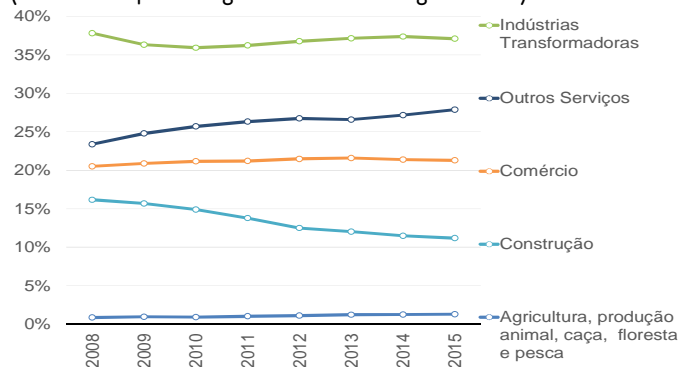
Valor acrescentado bruto, por CAE rev.3, da Região Norte

(Valores em milhões de euros)



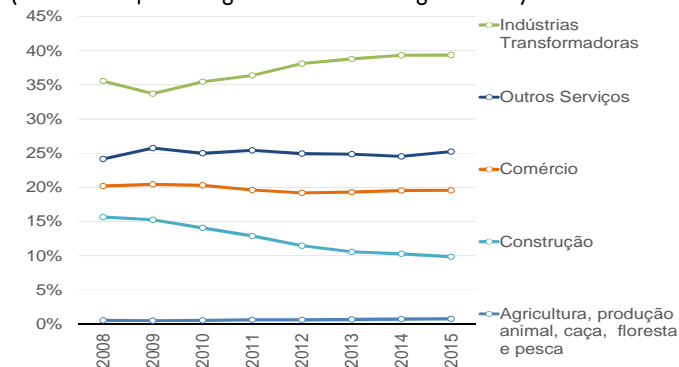
Pessoal ao serviço, por CAE rev.3, na Região Norte

(Valores em percentagem do total da Região Norte)



Valor acrescentado bruto, por CAE rev.3, na Região Norte

(Valores em percentagem do total da Região Norte)



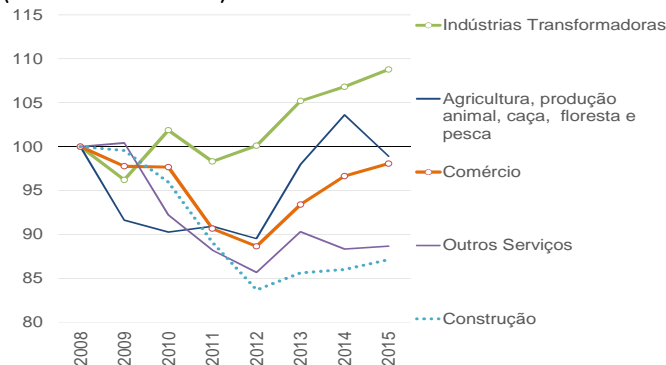
A repartição percentual do VAB pelos vários setores de atividade permite tirar três conclusões: o crescimento da proporção do VAB das indústrias transformadoras; a estagnação relativa do comércio e dos outros serviços; e o declínio do setor da construção. Relativamente à primeira conclusão, o VAB das indústrias transformadoras, em percentagem do total da Região do Norte, cresceu sucessivamente entre 2009 e 2015, aproximando-se da fasquia dos 40%. Mais precisamente, cresceu de 33,7% para 39,4%. Por seu turno, as proporções do comércio e dos outros serviços mantiveram-se constantes em torno dos 20% e 25%, respetivamente, enquanto o setor da construção, em permanente declínio desde 2008, terminou o ano de 2015 com um valor de 9,8%. De salientar ainda que este setor era responsável por 15,7% do VAB criado pelas sociedades da Região do Norte em 2008.

Da comparação entre a evolução do pessoal ao serviço e do VAB conclui-se que, durante a fase de recuperação económica (2012-2015), o contributo para o crescimento da VAB veio, predominantemente, das sociedades do setor das indústrias transformadoras, enquanto o contributo para o aumento do pessoal ao serviço foi partilhado pelos setores dos serviços (incluindo comércio) e das indústrias transformadoras. Este resultado revela que há uma propensão para a concentração setorial na criação de riqueza, a par de uma diversidade setorial na criação de emprego.

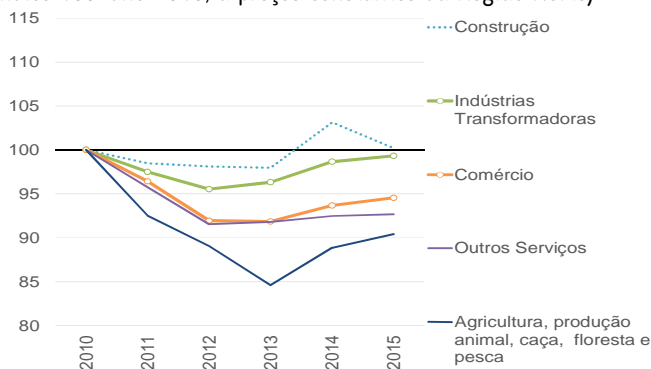
Competitividade setorial e as remunerações da Região do Norte

A variação (em p.p.) da competitividade entre 2008 e 2015 foi negativa na generalidade dos setores de atividade, com exceção nas indústrias transformadoras que, em termos acumulados, registaram um aumento de 8,8 p.p. Este valor indica que o crescimento da produtividade aparente do trabalho foi 8,8 p.p superior ao crescimento dos custos unitários do trabalho. Em sentido contrário, a construção e os outros serviços registaram as maiores perdas de competitividade, com variações acumuladas de -12,9 p.p e de -11,4 p.p, respetivamente, entre 2008 e 2015. Não obstante as conclusões retiradas para todo o período em análise (2008-2015), a evolução da competitividade setorial esteve em sincronia, principalmente, com a evolução da produtividade aparente do trabalho na generalidade dos setores, existindo claramente duas fases distintas: uma entre 2008 e 2012, e outra entre 2012 e 2015. Na primeira fase, a produtividade aparente do trabalho teve uma variação acumulada negativa nos outros serviços (-9,1%), no comércio (-10,2%), na construção (-6,3%), no setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (-9,6%), tendo apenas aumentado 9,3% nas indústrias transformadoras. Por outro lado, entre 2012 e 2015, o crescimento acumulado da produtividade aparente do trabalho foi de 12,9% nas indústrias transformadoras, 13,6% no comércio e 5,8% nos outros serviços.

Competitividade, por CAE rev. 3, da Região do Norte (Índice 100=ano 2008)



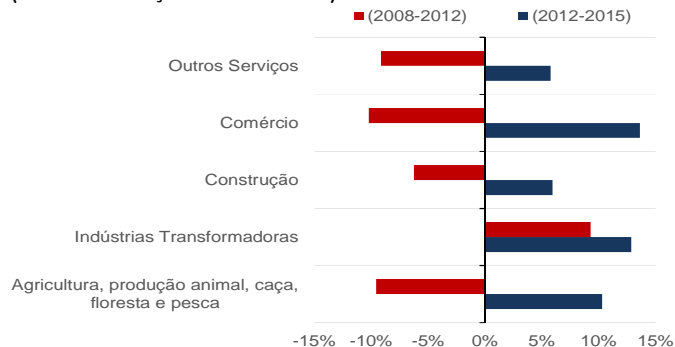
Remunerações por pessoa remunerada, por CAE rev. 3 (Índice 100=ano 2010, a preços constantes da Região Norte)



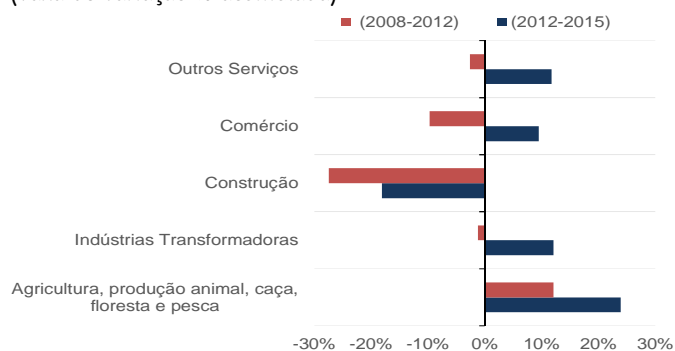
Um aspeto marcante foi o facto de se ter verificado uma relação aparente entre a evolução do poder de compra das remunerações e a atividade empresarial. Entre 2010 e 2012, a queda das remunerações reais na generalidade dos setores coincidiu com o período de maior diminuição da competitividade e da produtividade aparente do trabalho. Pelo contrário, a fase que se seguiu, entre 2012 e 2015, coincidiu com o início da recuperação dos salários reais e com o crescimento da competitividade e da produtividade na generalidade dos setores. Este novo círculo virtuoso foi impulsionado principalmente pelo lado da procura da economia, uma vez que a faturação das sociedades teve o seu maior crescimento entre 2012 e 2015. O volume de negócios cresceu 12,1% nas indústrias transformadoras, 11,8% nos outros serviços e 9,5% no comércio.

O reflexo do crescimento do volume de negócios em atividades não transacionáveis (serviços e comércio) foi importante também para a recuperação do pessoal ao serviço, no total da economia, uma vez que estes dois setores explicaram cerca de 2/3 de todo o emprego criado pelas sociedades na Região do Norte entre 2012 e 2015. Estes resultados tiveram o corolário de mostrar que o ambiente empresarial, mesmo numa economia predominantemente industrial, não se pode desenvolver a partir da redução dos rendimentos reais, nem dos custos unitários do trabalho.

Produtividade, por CAE rev. 3, da Região do Norte (Taxa de variação % acumulada)



Volume de negócios, por CAE rev.3, da Região do Norte (Taxa de variação % acumulada)

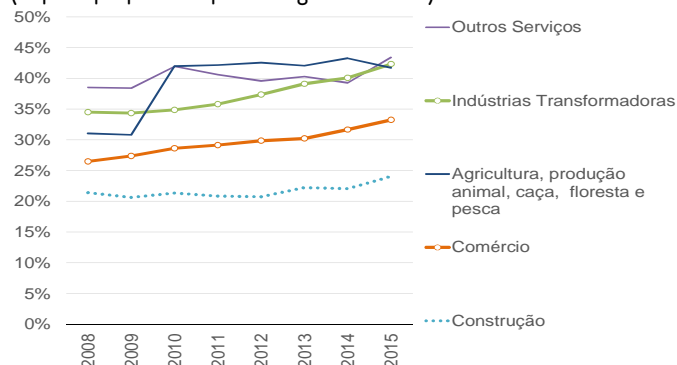


O património das sociedades da Região do Norte por sectores de atividade.

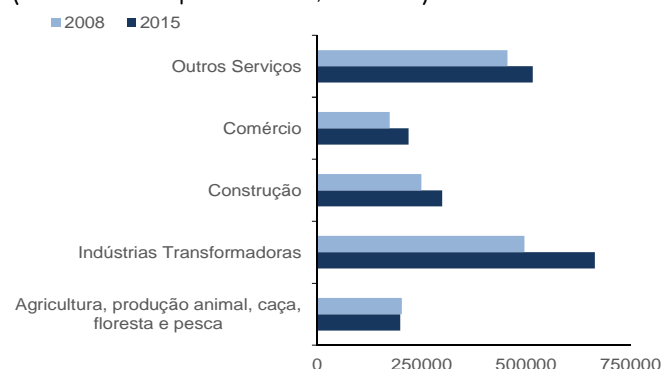
Ao longo do período em análise (2008-2015), a percentagem de capitais próprios no total do ativo aumentou nos principais setores de atividade económica. Entre 2008 e 2015, a autonomia financeira das sociedades das indústrias transformadoras cresceu de 34,5% para 42,3%, um resultado apenas superado pelo setor dos outros serviços, com a autonomia financeira a crescer de 38,5% para 43,4%. Estes dois setores e o da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (41,7%) tinham um rácio superior ao da média das sociedades da Região do Norte em 2015 (38,0%). Abaixo deste referencial, encontravam-se os setores do comércio (33,2%) e da construção (24,1%).

A recomposição da estrutura de capital das sociedades da Região do Norte traduziu-se na redução do endividamento e no reforço dos capitais próprios na generalidade dos setores. Nas indústrias transformadoras, o valor do capital próprio por sociedade teve uma variação acumulada de +34,0% entre 2008 e 2015, aumentando de 495.782 euros para 664.372 euros. No setor do comércio, o aumento foi de 26,4%, na construção foi de 19,9% e nos outros serviços cifrou-se em 13,3%. O setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca teve uma variação negativa de -1,9%. Estes resultados implicaram também um aumento dos rácios de solvabilidade na média das sociedades da Região do Norte.

Autonomia financeira, por CAE rev. 3, na Região do Norte (Capital próprio em percentagem do ativo)



Capital próprio, por CAE rev. 3, na Região do Norte (Valores médios por sociedade, em euros)



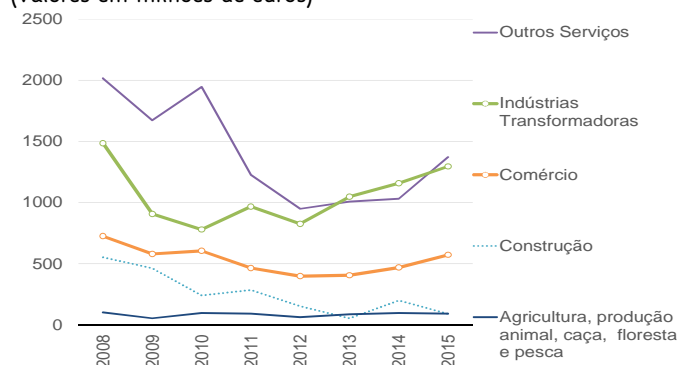
O investimento setorial das sociedades da Região do Norte

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das sociedades da Região do Norte diminuiu de 5.721 milhões de euros para 2.791 milhões entre 2008 e 2012, o que se traduziu numa variação acumulada de -51,2%. O agravamento das perspetivas económicas foi principalmente visível no setor dos outros serviços, com a FBCF a baixar de 2.017 milhões de euros para 949 milhões (-53,0%) entre 2008 e 2012. Nas indústrias transformadoras a variação acumulada foi menor (-44,4%), mas mesmo assim representou uma redução importante, com o valor da FBCF a passar de 1.486 milhões de euros para 826 milhões. O setor da construção foi o que teve a maior redução percentual (-72,5%), com o setor a investir, apenas, 152 milhões de euros em 2012.

O ano de 2012 registou o nível mais baixo da FBCF por parte das sociedades da Região do Norte, mas o período que lhe seguiu até 2015 foi marcado pela retoma do crescimento e pelo contributo preponderante das indústrias transformadoras e dos outros serviços. Aliás, estes dois setores explicaram a quase totalidade do aumento do investimento realizado pelas sociedades da Região do Norte entre 2012 e 2015.

Formação bruta de capital fixo, por CAE rev. 3, na Região do Norte

(Valores em milhões de euros)



A análise mais detalhada ao período de recuperação revela que, entre 2012 e 2015, a FBCF realizada por todas as sociedades da Região do Norte aumentou de 2.971 milhões de

euros para 3.682 milhões, correspondendo a uma variação acumulada de 31,9%. Ao mesmo tempo, o investimento das indústrias transformadoras passou de 826 milhões de euros para 1.296 milhões de euros (+56,9%), valor que compara com +44,5% nos outros serviços e +43,9% no comércio. Em queda contínua e em contraciclo com a economia da Região do Norte, a FBCF do setor da construção voltou a decrescer entre 2012 e 2015, atingindo um valor de apenas 90 milhões de euros em 2015, ou seja, -83,8% face ao ano de 2008.

Apesar da retoma que entretanto ocorreu, e que foi retratada, o valor do investimento total realizado pelas sociedades da Região do Norte no ano de 2015, ainda era 2.309 milhões de euros inferiores ao de 2008. Para esta redução acumulada (2008-2015) contribuíram, principalmente, os setores dos outros serviços (-645 milhões de euros), da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (-571 milhões de euros) e da construção (-463 milhões de euros).

Face ao cenário traçado para todo o período em análise, o investimento do setor das indústrias transformadoras mostrou-se, mais uma vez, o mais resiliente, tendo diminuído apenas 189,9 milhões de euros entre 2008 e 2015. Este desfecho traduziu-se numa variação percentual acumulada de -12,8%, um valor menos negativo quando comparado com a variação de -35,6% ocorrida na Região do Norte como um todo.

As empresas³ das NUTS III da Região do Norte

Em 2015, as empresas com sede na NUTS III da Área Metropolitana do Porto tinham 619.371 pessoas ao serviço, o que representava 50,8% do total da Região do Norte. Com proporções bastante inferiores, as NUTS III do Ave (12,5%), do Cávado (11,6%) e do Tâmega e Sousa (11,2%) tinham no seu conjunto pouco mais do que 1/3 do total. As NUTS III do Alto Minho (5,6%), Douro (4,2%), Terras de Trás-os-Montes (2,5%) e Alto Tâmega (1,7%) totalizam 170.051 pessoas ao serviço.

A proporção de pessoal ao serviço nas empresas da Área Metropolitana do Porto faz desta NUTS III a principal alavanca

³ Por NUTS III, a informação utilizada diz respeito ao conjunto das empresas (sociedades e empresas individuais).

da Região do Norte. Assim, entre 2008 e 2015, a redução média anual de 1,5% do pessoal ao serviço na Área Metropolitana do Porto, contribuiu, decisivamente, para a redução de 0,8% na Região do Norte. Em sentido oposto, o crescimento do pessoal ao serviço nas NUTS III com uma menor dimensão relativa, como é o caso de Terras de Trás-os-Montes (+3,7%), Douro (+2,8%) e Alto Tâmega (1,9%) teve um contributo bastante diminuto para a dinâmica empresarial da Região do Norte como um todo.

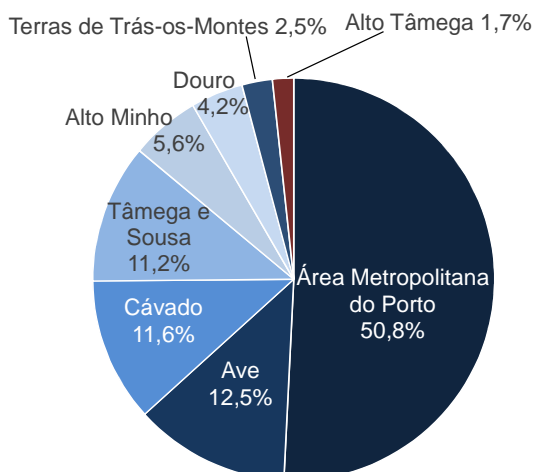
A repartição percentual do volume de negócios por NUTS III revela dois aspetos importantes. O primeiro diz respeito à predominância da Área Metropolitana do Porto, com 59,3% do total em 2015. O segundo está relacionado com o facto da concentração territorial ser maior no volume de negócios do que no pessoal ao serviço, sendo este enviesamento determinado pela estrutura produtiva da Área Metropolitana do Porto, que consegue obter o maior volume de negócios por

trabalhador. Em sentido oposto, as empresas das NUTS III do Ave, Cávado, Tâmega e Sousa, Alto Minho, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega, tinham uma maior proporção de pessoal ao serviço do que volume de negócios.

Apesar da preponderância da Área Metropolitana do Porto ainda se fazer sentir em 2015, a sua hegemonia já foi maior no passado, e em particular no ano de 2008, quando concentrava 63,6% do volume de negócios das empresas da Região do Norte. Esta perda relativa deveu-se a dois factos: a redução da faturação, em média anual, das empresas da própria Área Metropolitana do Porto (-1,4%), a par do aumento verificado noutras NUTS III, nomeadamente, no Alto Minho (1,7%), no Ave (+1,9%), no Tâmega e Sousa (+1,5%), no Douro (+1,7%) e nas Terras de Trás-os-Montes (+3,8%). O Alto Tâmega (-1,9%) e o Cávado (-0,4%) foram as outras NUTS III com variações negativas no volume de negócios.

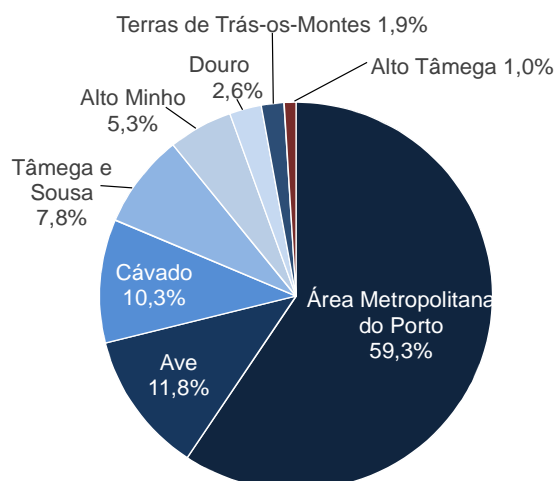
Pessoal ao serviço das empresas por NUTS III (2015)

(Valores em % do total da Região do Norte)



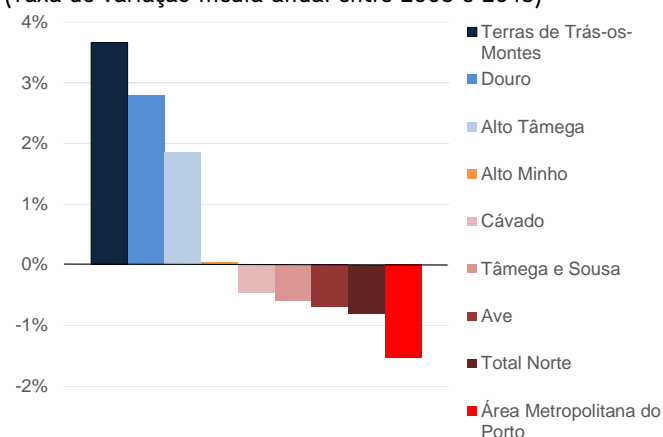
Volume de negócios das empresas por NUTS III (2015)

(Valores em % do total da Região do Norte)



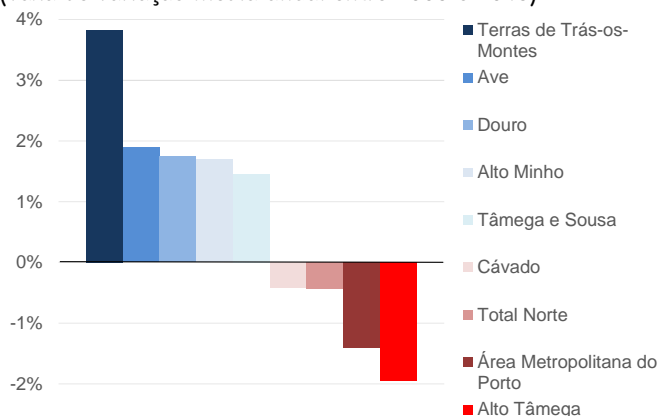
Pessoal ao serviço das empresas por NUTS III

(Taxa de variação média anual entre 2008 e 2015)



Volume de negócios das empresas por NUTS III

(Taxa de variação média anual entre 2008 e 2015)



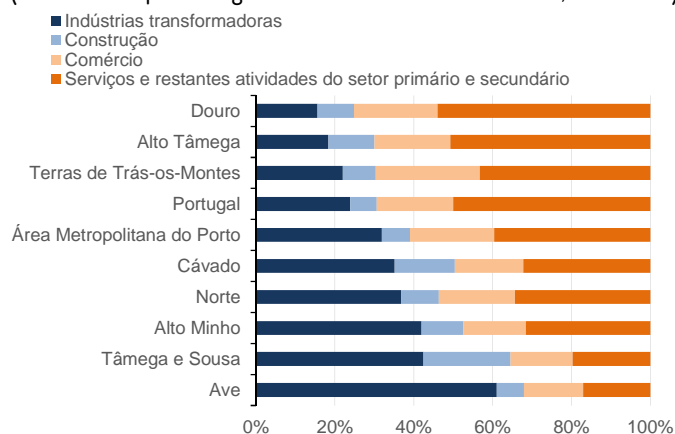
Especialização setorial das NUTS III da Região do Norte

A distribuição setorial do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas não é uniforme entre as NUTS III da Região do Norte. Algumas regiões continuam com um forte dinamismo industrial, enquanto outras estão especializadas na prestação de serviços, incluindo o comércio. Ao mesmo tempo, a proporção do setor primário continua a ser bastante reduzida na Região do Norte, com exceção para as NUTS III do Douro e de Terras de Trás-os-Montes.

Em 2015, a região NUTS III do Ave era a mais industrializada, com a proporção do VAB das indústrias transformadoras a ser igual a 61,0% do total. Assim, apenas 39% da riqueza criada pelas empresas desta região do Ave era gerada por outros setores de atividade. Ainda com uma elevada propensão industrial seguiam as regiões NUTS III do Tâmega e Sousa (42,4%) e do Alto Minho (42,0%), com valores superiores ao da Região do Norte (36,7%). Abaixo deste limiar regional, e por isso, menos industrializadas, encontravam-se as regiões NUTS III do Cávado (35,1%) e da Área Metropolitana do Porto (31,9%), ainda assim, acima da média de Portugal como um todo (23,9%). As três NUTS III menos industrializadas eram, por exclusão de partes, as Terras de Trás-os-Montes (22,0%), o Alto Tâmega (18,3%) e o Douro (15,6%).

Em 2015, O VAB conjunto dos serviços e das restantes atividades do setor primário e secundário, incluindo o comércio era, em percentagem do total, bastante elevado nas regiões do Douro (75,1%), Alto Tâmega (69,9%) e Terras de Trás-os-Montes (69,7%) Estes valores superavam, claramente, os da Região do Norte (53,7%) de Portugal como um todo (69,4%).

Valor acrescentado bruto, por CAE rev. 3 por NUTS III (Valores em percentagem no total de cada NUTS III, em 2015)



Síntese conclusiva

As sociedades da Região do Norte foram as que exibiram o melhor desempenho económico no contexto nacional entre 2008 e 2015. Nos períodos recessivos, mostraram-se as mais resilientes e no período de recuperação, entre 2012 e 2015, foram o motor da dinâmica empresarial que se instalou, ao ponto de metade do crescimento nacional ter tido origem na Região do Norte.

Entre 2012 e 2015, na Região do Norte, o pessoal ao serviço cresceu 6,6%, o volume de negócios aumentou 7,8%, os gastos com o pessoal cresceram 9,6%, as remunerações por trabalhador subiram 3,7% e a produtividade aparente do trabalho aumentou 10,0%. A análise setorial permitiu mostrar que a criação de riqueza veio, predominantemente, a partir das sociedades do setor das indústrias transformadoras, enquanto o contributo para o aumento do pessoal ao serviço foi partilhado pelos setores dos serviços (incluindo comércio) e das indústrias transformadoras.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das sociedades da Região do Norte teve uma variação acumulada de -51,2% entre 2008 e 2012, com especial incidência no sector de outros serviços (-53,0%), nas indústrias transformadoras (-44,4%) e no setor da construção (-72,5%). A fase que se seguiu mostrou uma recuperação da FBCF, que cresceu 31,9% na Região do Norte entre 2012 e 2015, estando em destaque o crescimento nos sectores das indústrias transformadoras (56,9%) e dos outros serviços (44,5%), os quais explicaram quase a totalidade do novo investimento.

A evolução da situação patrimonial e financeira das sociedades mostrou que os capitais próprios da Região do Norte aumentaram 23,5%, por sociedade, traduzindo-se num aumento da autonomia financeira de 31,9% para 38,0% entre 2008 e 2015. Por sectores de actividade, em 2015, a autonomia financeira nos outros serviços era de 43,4%, nas indústrias transformadoras (42,3%), na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (41,7%), no comércio (33,2%) e na construção (24,1%).

A distribuição setorial do VAB de cada NUTS III da Região do Norte, mostra que as regiões NUTS III do Ave, do Tâmega e Sousa e do Alto Minho, continuavam, em 2015, mais industrializadas do que a média da Região do Norte, enquanto nas regiões NUTS III do Douro, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes predominavam as atividades dos serviços (incluindo comércio) e do setor primário.

Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), Instituto Nacional de Estatística (INE).

UMA DÉCADA DE DECLÍNIO DEMOGRÁFICO DA REGIÃO DO NORTE (2006-2016)



A população residente da Região do Norte atingiu o seu valor máximo em 2006, quase estabilizou em 2007 e diminuiu de forma mais acentuada desde então. Entre 2006 e 2016, o Norte de Portugal perdeu mais de 135 mil habitantes. O saldo migratório negativo explica cerca de 83,8% daquela perda populacional. O declínio demográfico é uma tendência que tem vindo a generalizar-se a praticamente todo o território da Região do Norte.

No final de 2006 residiam na Região do Norte quase 3 milhões e 720 mil pessoas. Dez anos depois, esse número era já inferior a 3 milhões e 585 mil indivíduos.

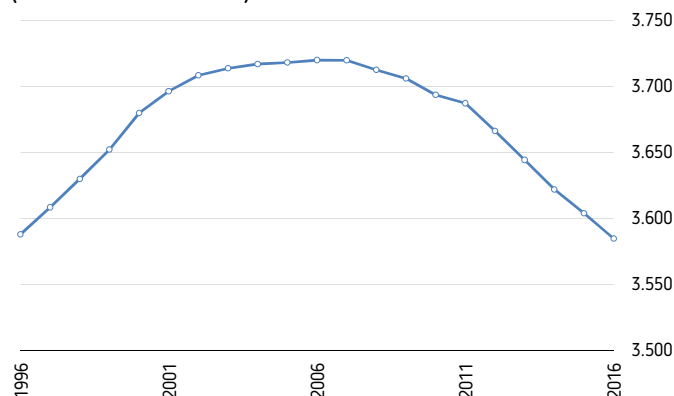
Até 2010, a Região do Norte manteve uma diferença positiva (embora decrescente) entre o número de nados-vivos e o número de óbitos. Em 2011, o saldo natural foi praticamente nulo (mas já negativo) e nos dois anos seguintes agravou-se ainda mais. Em cada um dos anos de 2013 a 2015, o número de óbitos superou o número de nados-vivos em cerca de 6300 casos. Em 2016 o saldo natural da Região do Norte manteve-se negativo mas tornou-se ligeiramente menos acentuado, ficando próximo de -6000. Num balanço da uma década, constata-se que entre o final de 2006 e o final de 2016 a diferença entre o número de nados-vivos e de óbitos ditou para a Região do Norte a perda de quase 22 mil residentes.

A diferença entre os comportamentos migratórios de saída e de entrada tem levado a que a Região do Norte observe saldos migratórios negativos já desde o ano de 2003. Nos anos de 2012 a 2014 o saldo migratório negativo foi particularmente acentuado, ditando a perda de cerca de 16 mil residentes por ano, em termos médios. Nos dois anos mais recentes a perda populacional na Região do Norte motivada pelo saldo migratório foi menos acentuada, situando-se em valores próximos de 12 ou 13 mil pessoas ao ano. Entre o final de 2006 e o final de 2016, o saldo migratório (sempre negativo) ditou a perda de mais de 113 mil habitantes da Região do Norte.

Os dados mostram um progressivo agravamento do declínio demográfico na Região do Norte. Na verdade, na primeira metade da década em análise (entre o final de 2006 e o de 2011) a Região do Norte viu a sua população residente reduzir-se em apenas cerca de -33 mil indivíduos, enquanto nos cinco anos seguintes (até final de 2016) a perda populacional se cifrou em quase -103 mil residentes.

Entre 1996 e 2006 houve 38 municípios da Região do Norte (de um total de 86) que viram crescer a sua população residente. Entre 2006 e 2011, esse número reduziu-se para 19 concelhos e entre 2011 e 2016 para somente 3 concelhos.

População residente na Região do Norte (1996-2016) (milhares de indivíduos)



Durante a década em análise a Região do Norte sofreu uma diminuição da sua população residente mais acentuada do que o observado ao nível nacional, sendo essa situação motivada pela componente migratória, já que no que se refere ao crescimento natural da população a Região do Norte registou resultados menos penalizadores do que Portugal como um todo (*cf.* tabela de dados no final do texto).

Declínio demográfico estende-se a todas as sub-regiões

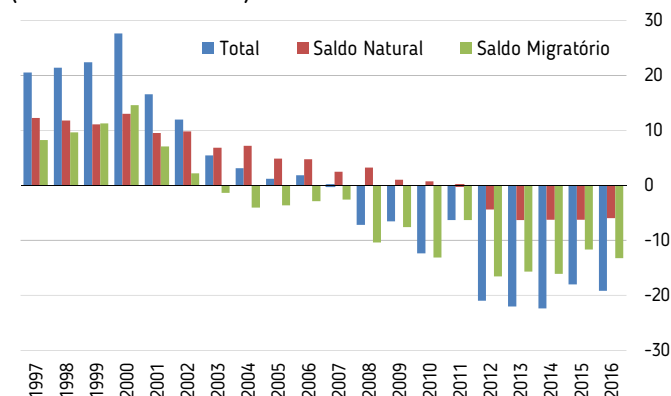
No que se refere às sub-regiões (NUTS III) do Norte, existem quatro (Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Sousa) cuja população apresenta, ao longo da década, uma taxa média anual de crescimento natural positiva, embora com valores muito pouco expressivos, particularmente no Ave, na Área Metropolitana do Porto e no Tâmega e Sousa. O Cávado destaca-se por ser, desde 2012, a única sub-região do Norte que ainda mantém um saldo natural positivo.

A taxa média anual de crescimento migratório foi negativa em todas as sub-regiões do Norte, embora se possa referir que durante a primeira metade da década o Alto Minho conseguiu manter, em termos médios anuais, uma situação de equilíbrio migratório.

Juntando as componentes natural e migratória, constata-se que todas as sub-regiões do Norte foram marcadas por uma tendência de declínio demográfico ao longo da década, exibindo por isso valores negativos para a taxa média anual de crescimento efetivo da população. Durante a primeira metade da década, porém, o Cávado exibiu, em termos médios anuais, uma tendência positiva que os anos mais recentes não confirmaram. A sub-região menos populosa do Norte, o Alto Tâmega, é também aquela que, no balanço da década 2006-2016, apresenta a queda demográfica mais acentuada em termos relativos, com uma taxa média de crescimento anual efetivo da população de -1,23%. Na segunda metade da década, porém, foi a sub-região Terras de Trás-os-Montes que registou o declínio mais acentuado, com uma taxa média anual de crescimento efetivo da população de -1,28%.

Os resultados observados ao nível concelhio permitem detalhar melhor a relação entre o território e as tendências de evolução da população residente.

Varição populacional na Região do Norte (1997-2016) (milhares de indivíduos)

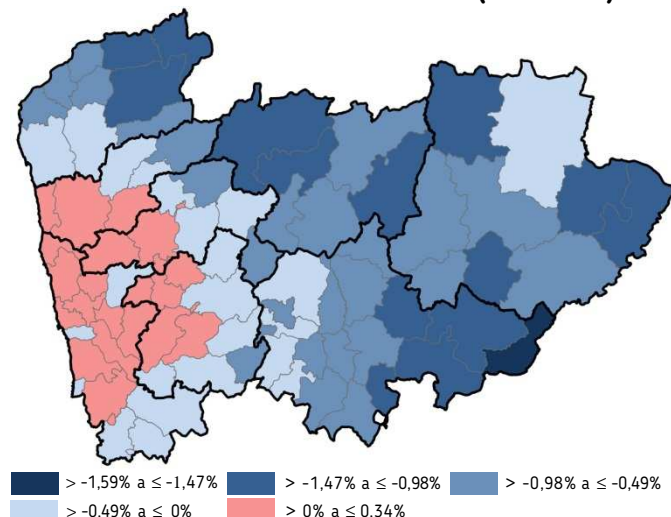


Relação forte entre o crescimento natural da população e o território

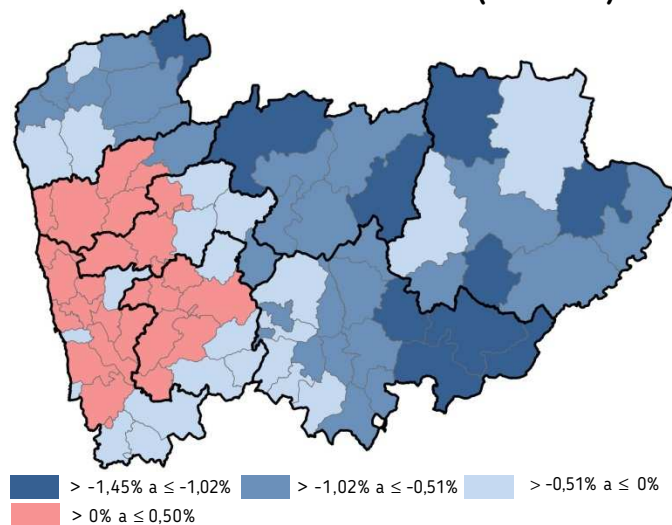
A taxa média anual de crescimento natural da população apresenta, quando observada ao nível concelhio, um padrão territorial bem definido.

No balanço do período 2006-2016, foram 22 os municípios da Região do Norte que observaram um valor positivo para a taxa média anual de crescimento natural da população. Estes 22 municípios formam um contínuo territorial bem definido, abrangendo a maior parte da Área Metropolitana do Porto, parte do Cávado, parte do Ave e parte do Tâmega e Sousa. Neste grupo, os municípios com crescimento natural da população mais acentuado (acima de 0,3% ao ano) foram, por ordem decrescente, Maia, Paços de Ferreira, Braga, Valongo e Paredes. Por seu turno, a maior parte dos concelhos que no mesmo período observaram os valores negativos menos acentuados para a taxa média anual de crescimento natural da população (entre -0,49% e 0%) tendem a situar-se ou no interior daquele contínuo territorial (Porto, Espinho e Santo Tirso) ou na sua vizinhança. Também Bragança e alguns concelhos da parte ocidental da sub-região Douro (Vila Real, Peso da Régua, Lamego e Tarouca) se incluem neste grupo.

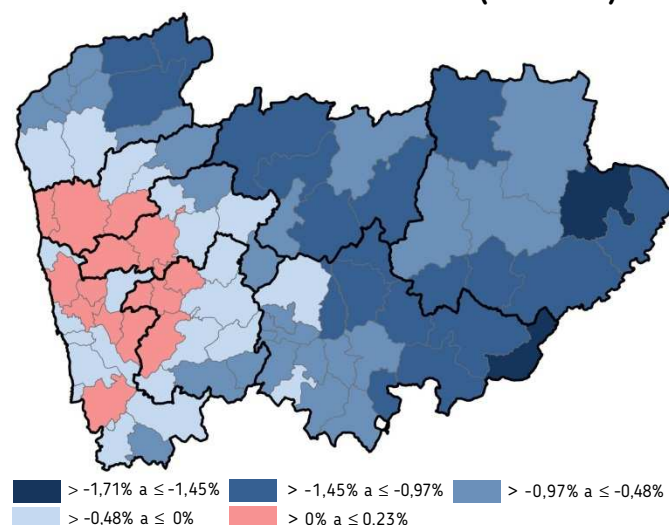
Taxa média anual de Crescimento Natural (2006-2016)



Taxa média anual de Crescimento Natural (2006–2011)



Taxa média anual de Crescimento Natural (2011–2016)



A comparação entre a primeira e a segunda metade da década deixa evidente o agravamento da tendência no que se refere ao movimento natural da população. Entre 2006 e 2011, foram 27 os municípios da Região do Norte que beneficiaram de uma taxa média anual de crescimento natural positiva. Entre 2011 e 2016, esse número foi de apenas 16 concelhos.

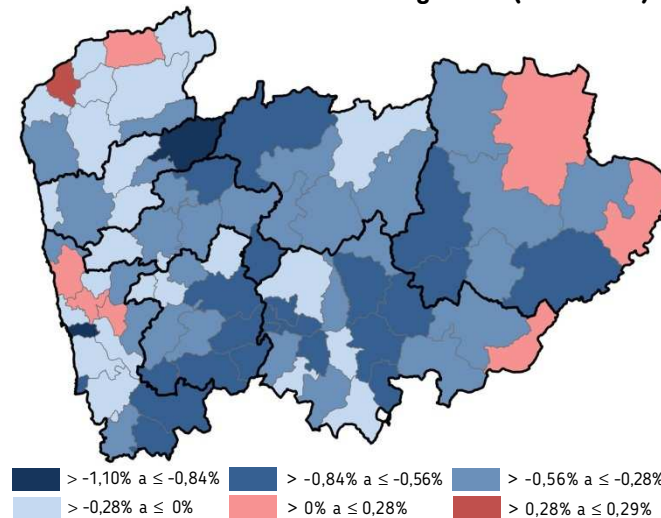
no interior da Área Metropolitana do Porto (nomeadamente Vila do Conde, Maia e Valongo). Mas, curiosamente, também os dois municípios com os valores negativos mais acentuados se localizam junto à fronteira (caso de Terras de Bouro) ou na Área Metropolitana (o próprio concelho do Porto).

Crescimento migratório negativo em quase todos os concelhos na segunda metade da década

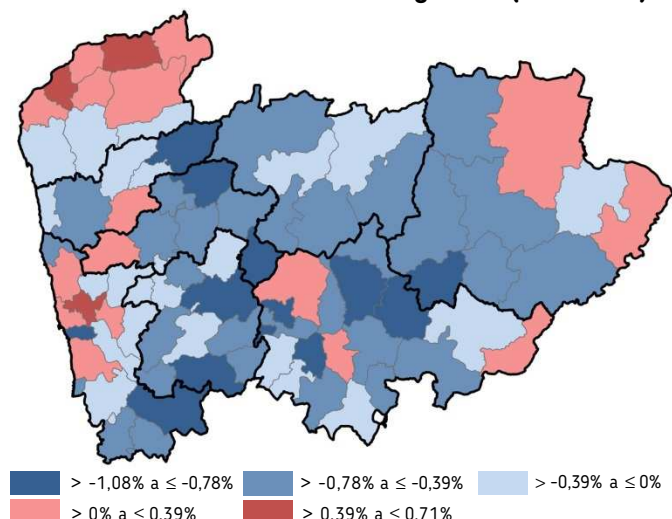
Ao contrário do que foi observado a propósito do crescimento natural da população, a taxa média anual de crescimento migratório não apresenta nenhum padrão territorial que seja evidente. Em particular, não se observa, entre 2006 e 2016, a existência de qualquer contraste entre os territórios ditos do interior e as zonas litorais que permita genericamente distinguir uns dos outros em termos dos comportamentos migratórios observados em termos líquidos (saldo migratório).

No balanço da década 2006–2016, os municípios que apresentam valores positivos para a taxa média anual de crescimento migratório situam-se quer ao longo da fronteira com Espanha (casos de Vila Nova de Cerveira, Monção, Bragança, Miranda do Douro e Freixo de Espada à Cinta), quer

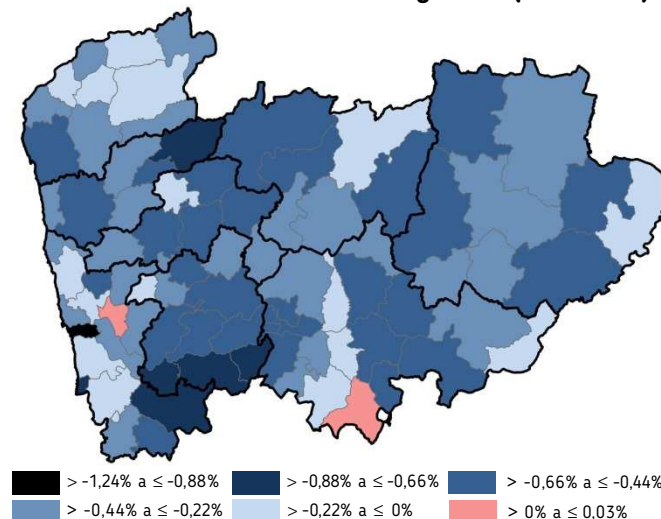
Taxa média anual de Crescimento Migratório (2006–2016)



Taxa média anual de Crescimento Migratório (2006–2011)



Taxa média anual de Crescimento Migratório (2011–2016)



O que é forçoso notar é a dinâmica muito diferenciada entre a primeira e a segunda metade da década em análise. Entre 2006 e 2011 houve 19 municípios da Região do Norte que observaram, em termos médios anuais, taxas de crescimento migratório positivas. Mas entre 2011 e 2016 apenas dois concelhos apresentaram saldo migratório não negativo, nomeadamente: Sernancelhe (com uma taxa média anual de crescimento migratório de 0,02%) e Valongo (neste caso com um valor praticamente nulo, de 0,0004%). Neste período (e também no balanço da década) o Porto foi o concelho com a taxa média anual de crescimento migratório negativa mais acentuada em toda a Região do Norte.

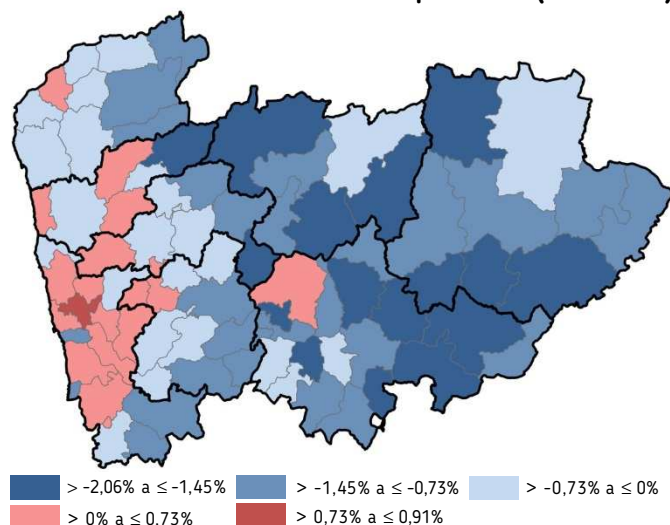
Crescimento efetivo da população com padrão territorial mais vincado na segunda metade da década

Juntando as componentes natural e migratória, identificam-se nove municípios da Região do Norte com crescimento efetivo da população entre 2006 e 2016, nomeadamente: cinco municípios da Área Metropolitana do Porto (Maia, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Matosinhos); também o concelho de Braga; e ainda três municípios que formam um contínuo territorial dividido entre o Tâmega e Sousa e o Ave (Paços de Ferreira, Vizela e Lousada). Entre 2011 e 2016, porém, apenas os municípios da Maia, Valongo e Paços de Ferreira viram crescer a respetiva população.

No extremo oposto, o concelho de Montalegre foi aquele que observou, em termos relativos, a perda demográfica mais acentuada, tanto no período 2006-2016, como entre 2011 e 2016.

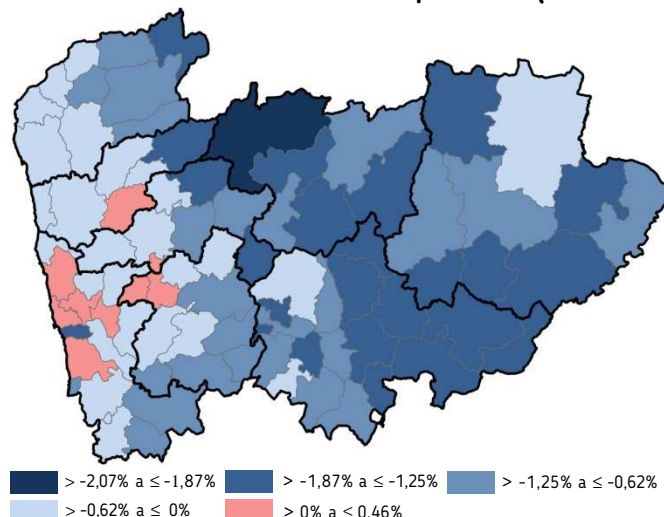
A relação da taxa média de crescimento anual da população residente com o território torna-se mais evidente na segunda metade da década em análise.

Taxa média anual de Crescimento Populacional (2006-2011)

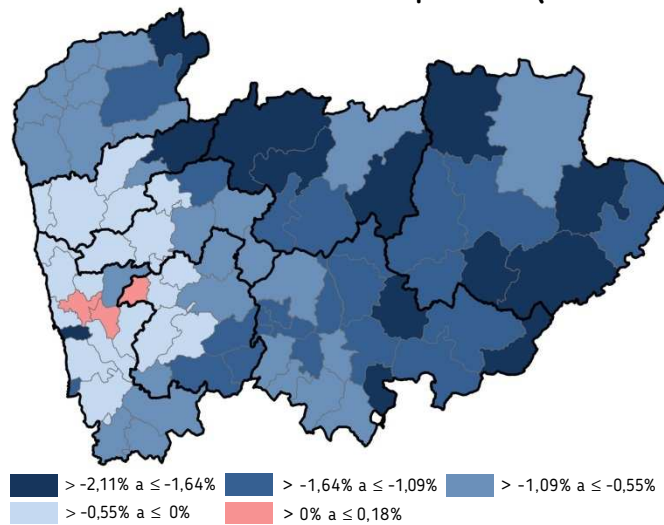


Entre 2011 e 2016, os municípios com crescimento populacional e a totalidade daqueles onde a perda demográfica foi relativamente menos acentuada (concelhos com taxa média de crescimento anual da população entre -0,55% e 0,18%) formam um contínuo territorial na zona mais ocidental na Região do Norte, o qual se estende entre Vila Verde e São João da Madeira no sentido norte-sul e entre a costa atlântica e municípios mais do interior como Póvoa de Lanhoso, Felgueiras ou Marco de Canavezes. No interior do território assim delimitado, há três municípios que constituem exceção por sofrerem, no período 2011-2016, perdas populacionais mais acentuadas. São eles o Porto, Espinho e Santo Tirso. Já no restante território da Região do Norte, não há nenhuma exceção: todos os municípios sofreram, entre 2011 e 2016, perdas populacionais mais acentuadas do que -0,55% ao ano.

Taxa média anual de Crescimento Populacional (2006-2016)



Taxa média anual de Crescimento Populacional (2011-2016)



Uma região crescentemente envelhecida

Como resultado da dinâmica populacional regressiva, a Região do Norte apresenta-se com uma população crescentemente

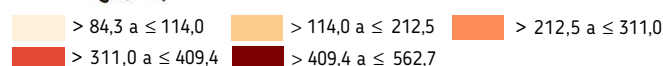
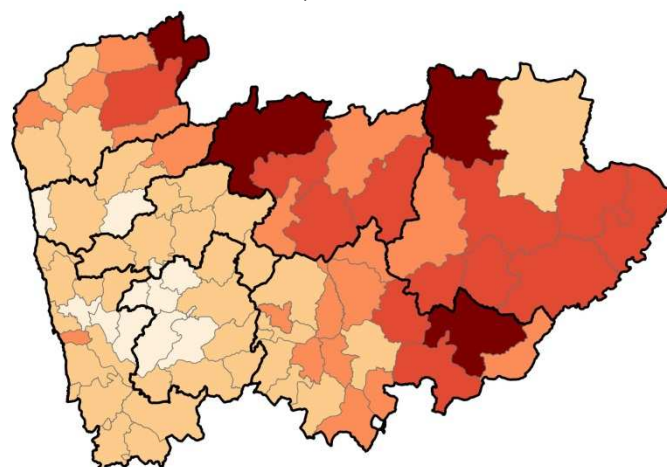
envelhecida. A Região do Norte, que no início dos anos 90 do século XX era, de longe, a região NUTS II portuguesa do Continente com a população mais jovem e com índices de envelhecimento não muito acima dos observados para as

Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, apresenta actualmente um índice de envelhecimento muito próximo da média nacional. Em 2016, na Região do Norte residiam, em média, 146,4 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos de idade (valor que compara com 150,9 ao nível nacional) e apenas as regiões do Alentejo e do Centro contam com uma população mais envelhecida do que o Norte.

Genericamente, os concelhos mais envelhecidos da Região do Norte tendem a situar-se nas sub-regiões de Terras de Trás-os-Montes, Alto Tâmega, Douro e Alto Minho. Quatro concelhos, em particular, distinguem-se por apresentarem um índice de envelhecimento superior a 400 idosos por cada 100 jovens: falamos de Vinhais (um caso extremo, com quase 563 idosos por cada 100 jovens), Torre de Moncorvo, Montalegre e Melgaço. No pólo oposto, identificamos também quatro concelhos que, com um índice de envelhecimento inferior a 100, são os únicos da Região do Norte que contam com maior número de jovens do que de idosos. Estão nesta situação os

concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, os quais formam um contínuo territorial.

Índice de envelhecimento, 2016



População Residente e Taxas médias de crescimento anual na Região do Norte, por NUTS III e concelhos (continua)

NUTS	População Residente			Taxa média anual de Crescimento Efetivo (%)			Taxa média anual de Crescimento Natural (%)			Taxa média anual de Crescimento Migratório (%)		
	2006	2011	2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016
Portugal	10.532.588	10.542.398	10.309.573	-0,21	0,02	-0,45	-0,12	-0,03	-0,21	-0,09	0,05	-0,23
Região do Norte	3.719.898	3.687.224	3.584.575	-0,37	-0,18	-0,56	-0,06	0,04	-0,16	-0,31	-0,22	-0,40
Alto Minho	248.983	244.149	233.813	-0,63	-0,39	-0,86	-0,47	-0,40	-0,54	-0,15	0,01	-0,31
Arcos de Valdevez	23.754	22.709	21.324	-1,07	-0,90	-1,25	-1,02	-0,95	-1,09	-0,05	0,05	-0,15
Caminha	16.982	16.645	15.971	-0,61	-0,40	-0,82	-0,56	-0,52	-0,59	-0,05	0,12	-0,23
Melgaço	9.576	9.137	8.400	-1,30	-0,93	-1,67	-1,26	-1,08	-1,43	-0,04	0,14	-0,23
Monção	19.649	19.186	18.192	-0,77	-0,48	-1,06	-0,98	-0,90	-1,04	0,20	0,41	-0,02
Paredes de Coura	9.388	9.166	8.712	-0,74	-0,48	-1,01	-0,74	-0,64	-0,83	-0,01	0,16	-0,18
Ponte da Barca	12.494	12.018	11.392	-0,92	-0,77	-1,06	-0,62	-0,53	-0,71	-0,29	-0,24	-0,34
Ponte de Lima	44.222	43.482	42.060	-0,50	-0,34	-0,66	-0,22	-0,11	-0,34	-0,27	-0,22	-0,32
Valença	14.214	14.045	13.437	-0,56	-0,24	-0,88	-0,52	-0,50	-0,54	-0,04	0,25	-0,34
Viana do Castelo	89.554	88.522	85.445	-0,47	-0,23	-0,71	-0,18	-0,12	-0,23	-0,29	-0,11	-0,47
Vila Nova de Cerveira	9.150	9.239	8.880	-0,30	0,19	-0,79	-0,60	-0,52	-0,65	0,28	0,70	-0,14
Cávado	406.832	411.028	404.664	-0,05	0,21	-0,31	0,17	0,27	0,07	-0,22	-0,06	-0,38
Amares	18.909	18.830	18.182	-0,39	-0,08	-0,70	-0,07	0,05	-0,19	-0,32	-0,13	-0,51
Barcelos	122.156	120.515	117.683	-0,37	-0,27	-0,47	0,12	0,24	0,00	-0,50	-0,51	-0,48
Braga	175.928	182.176	181.182	0,29	0,70	-0,11	0,32	0,42	0,22	-0,03	0,29	-0,33
Esposende	34.168	34.371	33.947	-0,06	0,12	-0,25	0,16	0,26	0,07	-0,23	-0,15	-0,32
Terras de Bouro	7.798	7.141	6.560	-1,71	-1,74	-1,68	-0,76	-0,77	-0,80	-0,88	-0,95	-0,85
Vila Verde	47.873	47.995	47.110	-0,16	0,05	-0,37	-0,04	0,06	-0,14	-0,12	-0,01	-0,23
Ave	429.961	425.661	415.671	-0,34	-0,20	-0,47	0,05	0,14	-0,05	-0,39	-0,35	-0,43
Cabeceiras de Basto	17.315	16.659	15.959	-0,81	-0,77	-0,85	-0,26	-0,14	-0,40	-0,54	-0,63	-0,45
Fafe	52.069	50.576	48.906	-0,62	-0,58	-0,67	-0,12	-0,04	-0,20	-0,50	-0,54	-0,47
Guimarães	160.166	158.048	153.995	-0,39	-0,27	-0,52	0,14	0,24	0,05	-0,54	-0,51	-0,57
Póvoa de Lanhoso	22.460	21.947	21.521	-0,43	-0,46	-0,39	-0,12	0,03	-0,28	-0,30	-0,49	-0,11
Vieira do Minho	13.796	12.900	12.134	-1,28	-1,33	-1,22	-0,58	-0,50	-0,69	-0,66	-0,82	-0,51
Vila Nova de Famalicão	132.580	134.206	132.337	-0,02	0,24	-0,28	0,14	0,24	0,04	-0,16	0,01	-0,32
Vizela	23.527	23.860	23.740	0,09	0,28	-0,10	0,23	0,32	0,14	-0,14	-0,04	-0,24
Mondim de Basto	8.048	7.465	7.079	-1,27	-1,49	-1,06	-0,62	-0,60	-0,67	-0,62	-0,88	-0,37
Área Metropolitana do Porto	1.761.628	1.758.991	1.719.021	-0,24	-0,03	-0,46	0,04	0,14	-0,07	-0,28	-0,17	-0,39
Arouca	23.232	22.231	21.211	-0,91	-0,88	-0,93	-0,12	-0,03	-0,21	-0,78	-0,85	-0,72
Espinho	32.908	31.439	29.560	-1,07	-0,91	-1,22	-0,27	-0,18	-0,38	-0,78	-0,73	-0,84
Santa Maria da Feira	139.298	140.007	138.867	-0,03	0,10	-0,16	0,13	0,23	0,02	-0,16	-0,13	-0,19
Oliveira de Azeméis	70.077	68.568	66.496	-0,52	-0,43	-0,61	-0,14	-0,04	-0,25	-0,38	-0,39	-0,36
São João da Madeira	21.671	21.749	21.460	-0,10	0,07	-0,27	0,02	0,14	-0,10	-0,12	-0,06	-0,17
Vale de Cambra	23.815	22.772	21.676	-0,94	-0,89	-0,98	-0,34	-0,21	-0,49	-0,58	-0,68	-0,48

(continua)

População Residente e Taxas médias de crescimento anual na Região do Norte, por NUTS III e concelhos (continuação)

NUTS	População Residente			Taxa média anual de Crescimento Efetivo (%)			Taxa média anual de Crescimento Natural (%)			Taxa média anual de Crescimento Migratório (%)		
	2006	2011	2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016	de 2006 a 2016	de 2006 a 2011	de 2011 a 2016
Gondomar	167.834	168.363	165.743	-0,13	0,06	-0,31	0,08	0,19	-0,03	-0,20	-0,12	-0,28
Maia	129.975	135.937	136.011	0,45	0,90	0,01	0,34	0,49	0,18	0,12	0,42	-0,17
Matosinhos	173.181	175.869	173.339	0,01	0,31	-0,29	0,07	0,18	-0,04	-0,06	0,13	-0,25
Paredes	86.299	87.159	86.263	0,00	0,20	-0,21	0,30	0,45	0,15	-0,31	-0,26	-0,36
Porto	249.639	233.061	214.119	-1,52	-1,36	-1,68	-0,39	-0,38	-0,42	-1,09	-0,97	-1,24
Póvoa de Varzim	63.970	63.504	62.344	-0,26	-0,15	-0,37	0,14	0,29	0,00	-0,41	-0,44	-0,37
Santo Tirso	72.682	71.451	68.983	-0,52	-0,34	-0,70	-0,19	-0,12	-0,27	-0,32	-0,22	-0,43
Valongo	91.296	94.577	95.411	0,44	0,71	0,18	0,31	0,44	0,18	0,14	0,27	0,00
Vila do Conde	77.939	79.864	79.327	0,18	0,49	-0,13	0,17	0,28	0,06	0,00	0,21	-0,20
Vila Nova de Gaia	299.060	303.430	300.001	0,03	0,29	-0,23	0,11	0,23	-0,02	-0,07	0,06	-0,21
Trofa	38.752	39.010	38.210	-0,14	0,13	-0,41	0,14	0,23	0,05	-0,28	-0,09	-0,46
Alto Tâmega	99.497	93.615	87.941	-1,23	-1,21	-1,24	-0,85	-0,79	-0,92	-0,35	-0,41	-0,31
Boticas	6.051	5.694	5.217	-1,47	-1,21	-1,73	-1,05	-0,98	-1,13	-0,39	-0,22	-0,58
Chaves	42.733	41.225	39.682	-0,74	-0,72	-0,76	-0,62	-0,58	-0,67	-0,11	-0,14	-0,09
Montalegre	11.507	10.387	9.337	-2,07	-2,03	-2,11	-1,31	-1,24	-1,43	-0,67	-0,75	-0,64
Ribeira de Pena	6.964	6.517	6.144	-1,24	-1,32	-1,17	-0,71	-0,69	-0,76	-0,50	-0,61	-0,40
Valpaços	18.149	16.699	15.336	-1,67	-1,65	-1,69	-1,09	-1,04	-1,18	-0,52	-0,59	-0,48
Vila Pouca de Aguiar	14.093	13.093	12.225	-1,41	-1,46	-1,36	-0,85	-0,75	-0,99	-0,52	-0,68	-0,36
Tâmega e Sousa	437.562	432.946	420.854	-0,39	-0,21	-0,56	0,07	0,20	-0,07	-0,46	-0,42	-0,50
Castelo de Paiva	17.165	16.642	15.797	-0,83	-0,62	-1,04	-0,07	0,11	-0,26	-0,75	-0,73	-0,77
Celorico de Basto	20.367	20.087	19.341	-0,52	-0,28	-0,75	-0,28	-0,13	-0,44	-0,23	-0,14	-0,31
Amarante	58.248	56.099	53.947	-0,76	-0,75	-0,78	-0,08	0,05	-0,23	-0,67	-0,80	-0,54
Baião	21.475	20.394	19.255	-1,09	-1,03	-1,14	-0,37	-0,29	-0,48	-0,69	-0,73	-0,65
Felgueiras	58.521	58.126	56.950	-0,27	-0,14	-0,41	0,20	0,30	0,11	-0,48	-0,44	-0,52
Lousada	46.730	47.547	46.900	0,04	0,35	-0,27	0,29	0,45	0,13	-0,26	-0,10	-0,40
Marco de Canaveses	53.539	53.521	52.110	-0,27	-0,01	-0,53	0,14	0,30	-0,02	-0,42	-0,31	-0,51
Paços de Ferreira	55.475	56.769	56.838	0,24	0,46	0,02	0,33	0,48	0,19	-0,09	-0,02	-0,16
Penafiel	72.791	72.227	70.333	-0,34	-0,16	-0,53	0,17	0,30	0,04	-0,52	-0,46	-0,57
Cinfães	21.397	20.254	18.897	-1,23	-1,09	-1,38	-0,37	-0,26	-0,49	-0,84	-0,82	-0,87
Resende	11.854	11.280	10.486	-1,22	-0,99	-1,45	-0,53	-0,42	-0,66	-0,66	-0,56	-0,77
Douro	213.160	204.121	193.202	-0,98	-0,86	-1,09	-0,57	-0,48	-0,66	-0,39	-0,37	-0,42
Carrizada de Ansiães	6.986	6.297	5.795	-1,85	-2,06	-1,65	-1,14	-1,22	-1,11	-0,64	-0,79	-0,52
Freixo de Espada à Cinta	3.973	3.736	3.409	-1,52	-1,22	-1,82	-1,58	-1,45	-1,70	0,06	0,21	-0,11
Torre de Moncorvo	9.165	8.497	7.853	-1,53	-1,50	-1,56	-1,16	-1,14	-1,21	-0,34	-0,35	-0,34
Vila Nova de Foz Côa	7.832	7.218	6.673	-1,59	-1,62	-1,56	-1,08	-1,10	-1,08	-0,46	-0,50	-0,46
Alijó	12.980	11.840	10.933	-1,70	-1,82	-1,58	-0,86	-0,71	-1,07	-0,77	-1,08	-0,49
Mesão Frio	4.698	4.386	4.058	-1,45	-1,36	-1,54	-0,68	-0,52	-0,86	-0,73	-0,82	-0,66
Murça	6.320	5.938	5.558	-1,28	-1,24	-1,31	-0,89	-0,74	-1,07	-0,36	-0,49	-0,24
Peso da Régua	17.961	17.036	16.037	-1,13	-1,05	-1,20	-0,44	-0,33	-0,57	-0,66	-0,72	-0,61
Sabrosa	6.678	6.339	5.956	-1,14	-1,04	-1,24	-0,81	-0,62	-1,01	-0,31	-0,40	-0,22
Santa Marta de Penaguião	7.916	7.274	6.763	-1,56	-1,68	-1,45	-0,76	-0,68	-0,88	-0,75	-0,97	-0,54
Vila Real	51.503	51.782	50.072	-0,28	0,11	-0,67	-0,12	-0,01	-0,23	-0,16	0,12	-0,44
Armamar	6.851	6.258	5.876	-1,52	-1,79	-1,25	-0,82	-0,76	-0,93	-0,65	-1,00	-0,31
Lamego	27.489	26.566	25.219	-0,86	-0,68	-1,04	-0,41	-0,34	-0,49	-0,43	-0,34	-0,53
Moimenta da Beira	10.645	10.190	9.778	-0,85	-0,87	-0,82	-0,51	-0,42	-0,62	-0,32	-0,44	-0,20
Penedono	3.184	2.927	2.683	-1,70	-1,67	-1,73	-1,07	-0,97	-1,22	-0,57	-0,67	-0,48
São João da Pesqueira	8.254	7.799	7.269	-1,26	-1,13	-1,40	-0,65	-0,56	-0,76	-0,58	-0,56	-0,62
Sernancelhe	5.937	5.673	5.437	-0,88	-0,91	-0,85	-0,73	-0,61	-0,87	-0,13	-0,29	0,02
Tabuaço	6.555	6.347	6.081	-0,75	-0,64	-0,85	-0,70	-0,66	-0,74	-0,04	0,02	-0,11
Tarouca	8.233	8.018	7.752	-0,60	-0,53	-0,67	-0,38	-0,36	-0,41	-0,21	-0,16	-0,26
Terras de Trás-os-Montes	122.275	116.713	109.409	-1,11	-0,93	-1,28	-0,76	-0,67	-0,86	-0,32	-0,25	-0,40
Alfândega da Fé	5.474	5.035	4.630	-1,66	-1,66	-1,66	-1,17	-1,09	-1,28	-0,44	-0,54	-0,36
Bragança	35.323	35.273	33.766	-0,45	-0,03	-0,87	-0,48	-0,35	-0,60	0,03	0,32	-0,26
Macedo de Cavaleiros	16.600	15.646	14.722	-1,19	-1,18	-1,21	-0,76	-0,68	-0,86	-0,40	-0,48	-0,34
Miranda do Douro	7.768	7.458	7.029	-0,99	-0,81	-1,18	-1,04	-0,94	-1,14	0,04	0,12	-0,03
Mirandela	24.830	23.669	22.141	-1,14	-0,95	-1,33	-0,55	-0,45	-0,67	-0,56	-0,50	-0,64
Mogadouro	10.285	9.435	8.674	-1,69	-1,71	-1,67	-0,96	-0,90	-1,06	-0,67	-0,78	-0,59
Vila Flor	7.260	6.636	6.170	-1,61	-1,78	-1,45	-0,94	-0,92	-1,00	-0,62	-0,83	-0,43
Vimioso	4.951	4.610	4.173	-1,70	-1,42	-1,97	-1,35	-1,24	-1,48	-0,30	-0,17	-0,46
Vinhais	9.784	8.951	8.104	-1,87	-1,76	-1,97	-1,24	-1,16	-1,36	-0,56	-0,58	-0,58

Fonte: cálculos próprios sobre Estimativas de População Residente (INE).

INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO, 2016



A taxa de desemprego exprime a população desempregada em percentagem da população ativa e continua a ser um dos indicadores sócio-económicos mais utilizados. O Instituto Nacional de Estatística (INE) publica estimativas mensais da taxa de desemprego ao nível nacional e estimativas trimestrais por regiões (NUTS II). Mas não existe informação disponível que permita o cálculo de estimativas da taxa de desemprego por concelho ou sequer por sub-regiões (NUTS III).

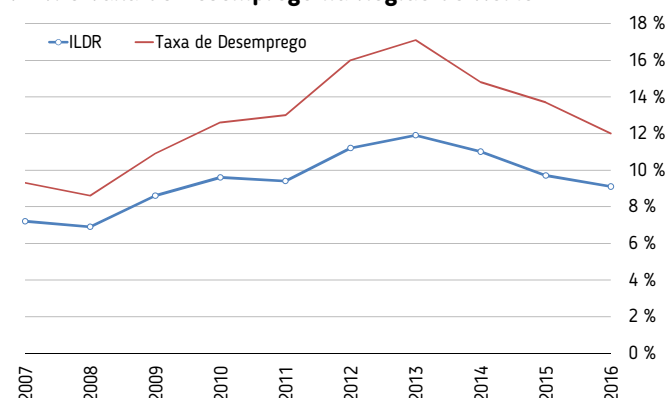
O Indicador Local de Desemprego Registrado (ILDR) não é uma taxa de desemprego nem sequer uma tentativa de aproximar o valor (desconhecido) da taxa de desemprego nos concelhos e sub-regiões do Norte. O ILDR exprime o desemprego registrado em percentagem da população residente do grupo etário no qual se concentra a maior parte da população ativa (ver caixa na página 24 com a definição mais detalhada deste indicador). Deste modo, o ILDR dá resposta à necessidade de identificar os territórios (concelhos e/ou sub-regiões NUTS III) com maior ou menor incidência relativa do desemprego registrado. Mas não se trata de uma taxa de desemprego, uma vez que nem toda a população residente do grupo etário de referência se integra na população ativa.

O ILDR é atualmente um indicador com larga aceitação, sendo inclusivamente utilizado no âmbito da condução de políticas

públicas, nomeadamente enquanto elemento auxiliar na avaliação do mérito regional de alguns projetos de investimento que concorrem aos sistemas de incentivos previstos no âmbito do Portugal 2020.

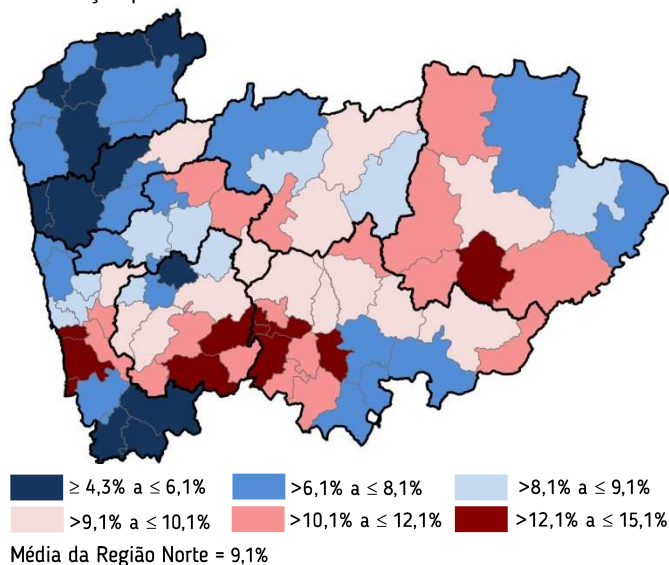
Não sendo uma taxa de desemprego, o ILDR tende, mesmo assim, a acompanhar o sentido da evolução da taxa de desemprego. Assim aconteceu, mais uma vez, em 2016: na Região do Norte, o valor médio anual da taxa de desemprego desceu de 13,7% para 12,0%, enquanto o ILDR desceu de 9,7% para 9,1%. Esta tendência, porém, não se fez sentir de modo uniforme no território da Região do Norte.

ILDR e Taxa de Desemprego na Região do Norte



ILDR na Região do Norte, 2016

Distribuição por concelhos

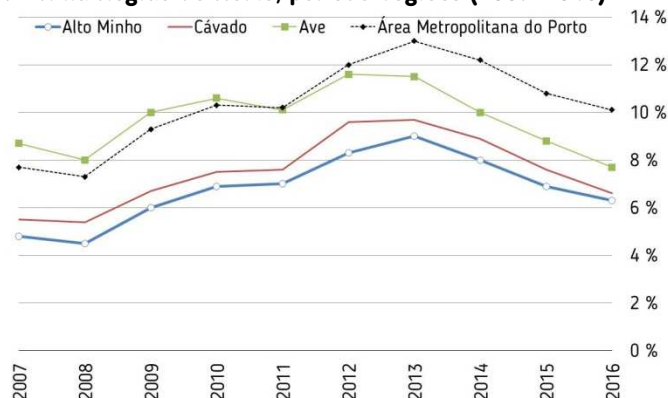


Entre 2015 e 2016, o Indicador Local de Desemprego Registrado diminuiu na maior parte dos territórios da Região do Norte, mas estabilizou nas sub-regiões (NUTS III) do Douro e do Alto Tâmega e aumentou ligeiramente em Terras de Trás-os-Montes. Um quarto dos concelhos da Região do Norte assistiu a uma subida deste indicador.

Nas sub-regiões mais ocidentais (no Alto Minho, no Cávado, no Ave, na Área Metropolitana do Porto e no Tâmega e Sousa) foi clara a tendência para a descida do ILDR. Nestas sub-regiões (NUTS III), apenas dois concelhos assistiram a um agravamento entre 2015 e 2016. Foram eles o Porto (onde o ILDR subiu de 14,6% para 15,1%, passando assim o Porto a ser o concelho com o ILDR mais elevado de toda a Região do Norte) e Melgaço (com um agravamento de 4,0% para 4,3%, mas continuando a apresentar o menor valor de ILDR em toda a Região do Norte).

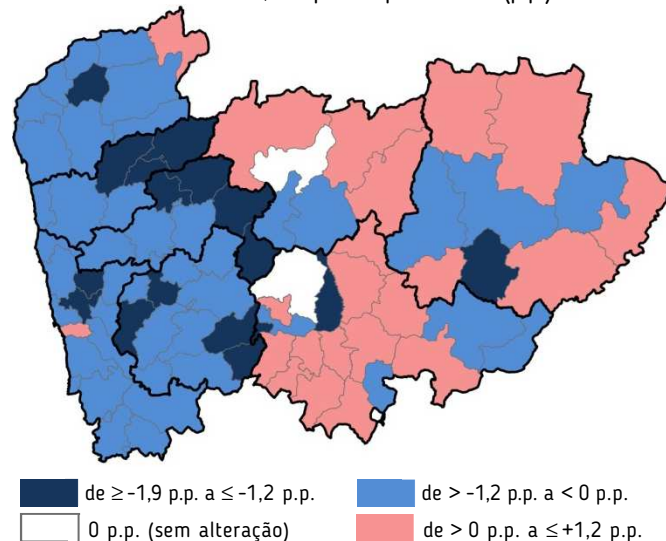
Ao contrário, nas NUTS III que formam a parte mais oriental da Região do Norte (sub-regiões do Alto Tâmega, do Douro e das Terras-de-Trás-os-Montes), verifica-se que entre 2015 e 2016 o ILDR aumentou em quase 60% dos concelhos e ainda que se manteve inalterado em dois casos (Vila Real e Boticas), tendendo a estabilizar nos valores apurados por NUTS III.

ILDR na Região do Norte, por sub-regiões (2007-2016)



Variação do ILDR entre 2015 e 2016

Acréscimos e decréscimos, em pontos percentuais (p.p.)



Em quatro municípios (Montalegre, Valpaços, Santa Marta de Penaguião e Vinhais), o ILDR aumentou ligeiramente entre 2015 e 2016 apesar de ter diminuído o número médio anual de desempregados. Esta situação (que ocorreu também ao nível da sub-região Terras de Trás-os-Montes) fica, naturalmente, a dever-se à circunstância de, nestes casos, a população residente do grupo etário de referência ter diminuído de forma mais acentuada do que o desemprego registado.

Observando os resultados apurados em 2016, constata-se que a sub-região com menor valor do ILDR foi o Alto Minho, com 6,3%. Esta posição de liderança do Alto Minho no contexto da Região do Norte em matéria de ILDR tem, aliás, sido uma constante desde o início da série disponível. Igualmente constante tem sido, desde 2007, o segundo lugar da sub-região do Cávado, que em 2016 registou um ILDR de 6,6%. Ainda com um resultado bastante abaixo da média da Região do Norte, surge a sub-região do Ave, com um ILDR de 7,7% em 2016. Vale a pena notar que até 2010 o Ave (na sua configuração atual) registava os valores de ILDR mais elevados de entre as sub-regiões NUTS III do Norte, situação que desde então foi corrigida, ao ponto de em 2016 o Ave integrar o lote das sub-regiões com valores mais baixos.

ILDR na Região do Norte, por sub-regiões (2007-2016)

